



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS - PPGNEIM
MESTRADO

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

MEMORIAL DE QUALIFICAÇÃO

Salvador

2019

RESUMO

Nesse memorial de qualificação apresento a minha pesquisa de doutorado no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo, assim como questões referentes a minha formação que contribuíram para o aprimoramento de meu projeto de pesquisa, seu inicial desenvolvimento e conseqüentemente a escrita do primeiro capítulo da tese que aqui apresento. O memorial está dividido em oito partes: primeiro apresento as principais questões da minha pesquisa, os objetivos que pretendo alcançar e as escolhas metodológicas, em seguida faço uma breve exposição das disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo e as suas contribuições para a minha formação e desenvolvimento de meu estudo doutoral e relato a minha participação em eventos científicos. No que tange ao desenvolvimento da pesquisa, descrevo as etapas do estudo, sinalizando o que já foi realizado, o que ainda está em andamento e o que ainda é necessário alcançar. No último bloco, apresento uma proposta de capa e a contracapa e sumário temporário da tese e a estrutura da tese com um breve detalhamento dos capítulos, desenvolvendo especificamente o capítulo um, onde discuto a questão LGBT e feminista no cenário político atual, tencionando os possíveis impactos que a perseguição aos estudos de gênero e o cerceamento dos direitos LGBT podem vir a ter na permanência universitária de pessoas trans

Palavras chave: ideologia de gênero; pessoas trans; permanência universitária.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1 - A PESQUISA.....	7
2 - DISCIPLINAS CURSADAS	11
3 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS	14
4 - ETAPAS DA PESQUISA.....	15
5 - CAPA E CONTRACAPA DA DISSERTAÇÃO	18
6 - SUMÁRIO TEMPORÁRIO DA TESE	20
7 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO/DETALHAMENTO DOS CAPÍTULOS	22
8 - CAPÍTULO I - CONTEXTOS E PRETEXTOS: A QUESTÃO LGBT E FEMINISTA NO CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL ATUAL.....	25
9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54
10 - ANEXOS.....	58
10. 1 Questionário de Identificação Social	58
10. 2 - Roteiro de Entrevista 1	60
10.3 – Roteiro de Entrevista 2.....	63

APRESENTAÇÃO

A proposta de estudo apresentado ao PPGNEIM é resultado das inquietações e das perguntas não respondidas que venho tendo desde a construção de minha dissertação de mestrado. Desde 2014 que tenho me debruçado sobre os estudos a respeito da instituição universitária e suas interfaces com as questões de gênero, sexualidade e raça, especificamente aquilo que tange ao acesso, afiliação e permanência material e simbólica de estudantes LGBT ao ensino superior. Nesses estudos, realizados anteriormente, pude verificar que ao tempo que a Universidade é um lugar de acolhimento, que propicia a vivência e expressão dos gêneros e sexualidades para estudantes LGBT, é também espaço onde as opressões e violências encontram terreno para reproduzir-se e atualizar-se; ao tempo que os estudantes, através de suas redes de sociabilidades, instituem espaços de acolhimento à população LGBT, às instituições continuam inertes, ignorando às suas presenças, e não reconhecendo e punindo os crimes de lgbtfobia.

Nas duas pesquisas realizadas anteriormente, uma na construção do Trabalho de Conclusão de Curso e outra no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, meu foco principal foram as experiências formativa e curriculares de estudantes LGBT e seus posicionamentos sobre a sua permanência (material e simbólica) e afiliação estudantil, o que gerou as inquietações e necessidades de aprofundar a investigação, especificamente naquilo que tange as trajetórias de vida e formação de homens e mulheres trans. Nesse sentido, as inquietações que tem surgido nessa trajetória, e que trouxe como questão norteadora de meu projeto de pesquisa, foram: como se deram/dão as trajetórias de vida e formação dos homens e das mulheres trans estudantes da Universidade Federal da Bahia?

Essa pergunta, e a proposta que apresentei em meu projeto, de encontrar essas respostas na UFBA, vieram das inquietações com a pesquisa de mestrado, onde, das oito interlocutoras que construíram comigo a dissertação, apenas uma delas se declarava como mulher trans. A experiência com a pesquisa de TCC, somada as narrativas de homens e mulheres gays, lésbicas e bissexuais que participaram desses estudos, me fizeram perceber que havia uma enorme diferença entre as experiências formativas e as possibilidades de permanência entre pessoas cisgênero e transexuais, travestis e transgêneros, que aqui, estou optando por usar, na perspectiva de Andrade (2012) e Jesus (2012), o termo “pessoas trans”.

Aquelas que estão adequadas às normas de corpo, gênero e performance, possuíam trajetórias formativas mais facilitadas do que aquela estudante que, na intersecção de seus marcadores sociais de diferença, se afastava cada vez mais dos ideais de normalidades das

práticas e dispositivos institucionais da universidade. Entretanto, ao mesmo tempo, tanto os estudantes cisgêneros, quanto a estudante trans, mesmo nesse contexto de produção e atualização das violências e opressões, tinham trajetórias formativas de êxito e sucesso acadêmico.

Nesse sentido, foi que me senti motivado a investigar as trajetórias formativas e as estratégias que pessoas trans utilizam para permanecer na universidade, numa tentativa de conhecer as realidades específicas daquelas que conseguiram concluir as suas formações básicas e, pioneiramente, acessaram e permanecem nos cursos de formação superior, em meio ao contexto da transfobia, taxas tão baixas de escolarização, e perseguição/combate de tudo aquilo que se relacione com gênero e sexualidades no campo da cidadania e direitos sociais. A importância de mapear essas realidades veio da necessidade de que tanto essas experiências, quanto as estratégias utilizadas para permanecer na universidade, sejam divulgadas e possam servir de motivação para outras pessoas trans que desejem acessar o ensino superior.

Após a aprovação do projeto inicialmente proposto e a partir da minha inserção no PPGNEIM foi que comecei a realizar os tencionamentos e reflexões em torno de como as disputas políticas e conceituais e a perseguição aos estudos de gênero, em especial no contexto da construção de retóricas sobre a *Ideologia de Gênero*, promoviam uma virada na forma como a universidade se constituía com relação às questões LGBT. Se antes poderíamos afirmar que, em alguma medida, a vivência universitária possibilitava a expressão de gêneros e sexualidades em contexto de lgbrofobias veladas, na universidade hoje, as violências às pessoas LGBT, em especial as identidades e corpos de pessoas trans, tornaram-se pauta de ativismos de direita, inclusive dentro dos espaços universitários.

Essa perseguição aos estudos de gênero e sexualidades tem, notadamente, acirrado as situações de violências contra grupos historicamente subalternizados, resultado dessa atual produção de discursividades que descaracteriza a importância de suas agendas. A universidade tem sido um dos espaços onde essas ações se reverberam e ganham legitimidade, e o foco principal dessas violências têm sido as mulheres, pessoas LGBT, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade, e a militância feminista e LGBT em prol de direitos e cidadania.

Perceber que esse movimento tem se atualizado e reproduzido com muita força nas universidades públicas do Brasil, me levou a um novo questionamento, que passa então a ser a principal pergunta que norteia esse estudo: como estudantes LGBT, em especial pessoas trans, tem permanecido nesse contexto universitário que se desenha no avançar da extrema direita e do ultraconservadorismo que tem combatido os direitos LGBT, das mulheres e as

questões de gênero e sexualidades? A partir dessa pergunta pretendo investigar como as disputas promovidas em torno da noção de ideologia de gênero têm promovido à violência e impactado a permanência de estudantes universitários LGBT, especificamente de pessoas trans. Nesse memorial, apresentarei as primeiras reflexões que venho fazendo sobre *Ideologia de Gênero* e a produção de violências no contexto político social atual.

O arquivo está dividido em oito partes: primeiro apresento as principais questões da minha pesquisa, os objetivos que pretendo alcançar e as escolhas metodológicas; no segundo faço uma breve exposição das disciplinas cursadas no Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero, Mulheres e Feminismo e as suas contribuições para a minha formação e desenvolvimento de meu estudo doutoral; no terceiro tópico relato a minha participação em eventos científicos; no quarto tópico descrevo as etapas da pesquisa, sinalizando o que já foi realizado, o que ainda está em andamento e o que ainda é necessário alcançar; o quinto tópico tem a capa e a contracapa da tese; no sétimo e oitavo tópico apresento, respectivamente, o sumário temporário da tese e a estrutura da tese com um breve detalhamento dos capítulos. Por fim, o oitavo tópico contém o capítulo um da tese de doutorado, onde discuto a questão LGBT e feminista no cenário político atual, tencionando os possíveis impactos que a perseguição aos estudos de gênero e o cerceamento dos direitos LGBT podem vir a ter na permanência universitária de pessoas trans. Ademais, apresento as referências utilizadas nesse estudo e o modelo de entrevista e questionário online utilizado na pesquisa.

1 - A PESQUISA

O ingresso na vida universitária exige dos/as estudantes uma performance específica, norteada por regras e normas, tanto da instituição universitária, quanto nas relações sociais já estabelecidas. Para Coulon (2008), ser um/a estudante universitário/a é um status social provisório, que exige a apreensão daquilo que ele chama de “ofício de estudante”. Aprender o ofício significa tornar-se um deles, afiliar-se à universidade, e conseqüentemente, não fracassar, não ser eliminado, nem se auto-eliminar; constitui uma passagem do status de aluno - caracterizado por sua maior dependência - para o/a de estudante, com mais protagonismo e autonomia (COULON, 2008), adequando-se às exigências acadêmicas, adaptando-se aos códigos e regras do ensino superior, e inserindo-se ativamente nesse novo ambiente; apropriando-se de outro mundo intelectual, tornando-se membro de um novo grupo, assimilando suas funções e desenvolvendo suas tarefas (TEIXEIRA, 2011).

Segundo Coulon (2008), esse momento do aprendizado do ofício de estudante torna-se um processo de seleção e classificação social, que definirá quem permanecerá e quem será excluído da universidade. Por isso, oferecer condições de permanência objetiva aos estudantes universitários, tornou-se um mecanismo de demasiada importância para assegurar aos mesmos, a competência nesse ofício, sua conseqüente afiliação, e possibilidade de êxito.

Segundo Santos (2009) a permanência na universidade deve ser compreendida como uma política de ação afirmativa em duas perspectivas distintas: material e simbólica. Permanecer, para Santos (2009), não é apenas fixar-se no local, é, além da ideia de durabilidade temporal, a possibilidade de se transformar e existir, o que exige então, não somente a garantia de condições materiais para a sobrevivência, mas a segurança de condições simbólicas que garantam a existência, o sucesso e êxito acadêmico, com todas as suas diferenças e especificidades.

Para Coulon (2008), o alcance do êxito acadêmico, a partir da entrada do estudante na universidade, pode ser analisado como uma construção feita a partir da passagem etnológica por três tempos da vida universitária: o tempo do estranhamento, o da aprendizagem; e o tempo da afiliação. As políticas de permanência, destinadas aos estudantes universitários, impactarão diretamente nesse fluxo, propiciando suporte para que os mesmos atravessem esses “tempos”, empoderando-se a partir do desenvolvimento de sua autonomia e protagonismo.

Ao considerarmos aqueles grupos para os quais a universidade sempre foi um espaço negado ou um lugar não-natural, a vinculação acaba sendo ainda mais difícil e penosa, pois, muito além da apreensão formal dos códigos, normas, regras institucionais e de conduta, esses

novos estudantes serão submetidos à sensação de solidão, de ainda estarem em um lugar que não é seu, não se reconhecendo, nem sendo reconhecido como membro daquela comunidade. Cabendo então, inicialmente, às instituições, ao formular suas políticas de ensino e propostas curriculares, considerarem que o lugar social, as identidades e os pertencimentos dos indivíduos que ingressam à universidade, interferirão diretamente no êxito acadêmico desses estudantes, na construção de sua permanência simbólica e no seu processo de afiliação (TEIXEIRA, 2011).

Esse entendimento, de defesa de uma política institucional de permanência, torna-se muito caro quando falamos da condição dos/as estudantes com identidades marcadas pela não-heterossexualidade, ou não definidos pelo binarismo de gênero, especialmente no contexto político atual que estamos inseridos. Na perspectiva de Teixeira (2011), esses estudantes constituem um grupo social, que está, sob diversos aspectos, distante do grupo e das práticas sociais homogeneizadas e reproduzidas pela universidade, que não raro, são atravessadas por marcadores sociais de diferenciação, o que faz com que as dificuldades a serem enfrentadas na permanência e na afiliação possivelmente sejam intensificadas.

Para esses sujeitos, é justamente a contrariedade as normas de sexualidade e gênero, que somada a outros marcadores sociais – como classe, raça, origem -, atuará no processo de diferenciação da afiliação à universidade, uma vez que nestes casos, a permanência será perpassada por práticas de violência e opressão, produzidas, reproduzidas e atualizadas por um conjunto de valores e práticas que instituem a heterossexualidade como única possibilidade legítima de expressão sexual e de gênero (PRADO E JUNQUEIRA, 2011).

Na universidade, instituição historicamente voltada para formação técnica e intelectual das elites, um padrão específico de sujeito foi homogeneizado e hegemônico em toda sua estrutura e em especial nos currículos, e somente após o processo de democratização da universidade brasileira, o perfil de estudante universitário começou a ser modificado. Aqueles que chegaram após o processo de democratização da primeira década do século XXI, são os *outsiders*, não-padronizados, marcados com classe, idade, pertencimento étnico-racial, origem social, econômica e geográfica diferentes, entre outros marcadores, que os tornam estranhos aos grupos culturalmente e socialmente estabelecidos na instituição.

Essa diferenciação, no caso de estudantes travestis, transexuais e transgêneros, está ainda intensificada pelo estranhamento das expressões dos seus corpos, seus gêneros e sexualidades, que, ao serem interseccionadas, além de produzir diferenças e desigualdades, podem gerar violências e opressões. As regras e normas que se diferenciarão daquilo até então aprendido na escola, associado à sua própria identidade, não reconhecida, deslegitimada e

subalternizada, faz com que o lugar social ocupado por esses indivíduos no convívio universitário, torne-se peça-chave no processo de afiliação e permanência no ensino superior.

Meu projeto de pesquisa situa-se entre os estudos sobre a gênero, alteridades, educação e desigualdades, especificamente naquilo que se refere as trajetórias de vida e formação de homens e mulheres trans na universidade. Para que os objetivos propostos no projeto de pesquisa sejam alcançados, acionarei os estudos sobre a instituição universitária, a afiliação estudantil e a permanência material e simbólica, numa discussão que interconecta gênero, sexualidade, trajetória, formação, ensino superior, intersecciona os marcadores de raça, classe, gênero, origem e sexualidade dos estudantes universitários, contextualizados ao cenário político-social atual de perseguição aos estudos de gênero e cerceamento dos direitos de pessoas LGBT.

Nesse sentido, para alicerçar esse estudo, faz-se necessário que seja também investigado e sistematizado as ações promovidas pelos movimentos religiosos, ultraconservadores e de direita que pautam a ideologia de gênero, assim como a investigação das consequências dessas ações no cotidiano universitário das pessoas trans.

Pretendo compreender as estratégias que as pessoas trans utilizaram para concluir suas formações básicas, acessar e posteriormente permanecer na universidade no contexto político-social atual, compreender quais são as possibilidades e estratégias de resistência e confronto, como se dá a construção do êxito e sucesso acadêmico dessas estudantes, e identificar as redes de sociabilidade e as possibilidades formativas extracurriculares. Para tanto, aciono como referencial metodológico a etnopesquisa implicada (MACEDO, 2012) e a etnometodologia refletidas a partir da perspectiva do feminismo *Stand Point*.

Em Macedo (2000), a etnopesquisa implicada, compreende a ciência enquanto uma prática social, partindo do fato de que, aqueles que querem compreender, estão de toda forma vinculados com a coisa em questão, transformando a ciência num objeto familiar, próximo do pesquisador. De forma ainda mais específica, a etnopesquisa implicada, não apenas reconhece a relação do pesquisador com o objeto, mas legitima a implicação e a experiência social como modo criador de saberes.

O feminismo *Stand Point* já reivindicava isso em seu debate sobre objetividade feminista e epistemologias perspectivistas. Smith (1987), Harstock (1987) e Harding (1991) questionavam a suposta neutralidade da ciência e a noção de objetividade forte. Segundo Smith (1987), o saber da sociologia tradicional sempre foi localizado, os conhecimentos sempre foram situados, entretanto, eles só passaram a ser nomeados como tal, quando os sujeitos da produção passaram a serem mulheres.

A etnopesquisa assume sua inspiração etnometodológica em Garfinkel e cultiva epistemologias qualitativas, visando compreender e explicitar a realidade humana, tal qual é vivida pelos atores sociais. Assim como na etnometodologia, a etnopesquisa direcionará o seu olhar para a forma como os atores sociais *fazem* as coisas, para a *forma* como realizam as suas ações, sejam elas atividades corriqueiras, ou profissionais.

Na etnometodologia, que também nasce com inspiração fenomenológica, as ações e construções humanas devem ser interpretadas e reinterpretadas de forma situada, sendo então necessário ao pesquisador, compreender o mundo do outro sob o ponto de vista deste, ampliando o olhar qualitativo, e a escuta sensível sobre os etnométodos desenvolvidos pelos atores para realizar as suas ações diárias. A etnometodologia é a ciência dos etnométodos, e tem como objetivo a busca empírica dos métodos utilizados pelos indivíduos para construir e dar sentido as suas ações cotidianas, se constituindo da análise dos procedimentos utilizados pelos indivíduos para realizar suas diferentes ações habituais, da *forma* como os indivíduos veem, descrevem, e propõem as definições das suas situações diárias.

É a partir desse referencial metodológico, e com as questões aqui já postas que pretendo dar continuidade a esse estudo sobre a permanência universitária de pessoas trans no contexto social e político atual de perseguição aos estudos de gênero e sexualidades, as pautas feministas e a cidadania LGBT.

2 - DISCIPLINAS CURSADAS

O primeiro contato que tive com o PPGNEIM foi através de uma disciplina optativa, cursada em 2016, oferecida pelo professor Felipe Fernandes que discutia “Gênero e Sexualidades”. Em minha trajetória formativa, essa havia sido a primeira vez que cursava um componente voltado especificamente para as questões de gênero e sexualidade, mesmo tendo, ao longo de toda a minha formação, elegido essas questões para serem meus objetos de pesquisa.

O componente “Gêneros e Sexualidades” discutia as múltiplas abordagens sobre as questões relacionadas a gênero na antropologia e teoria feminista, assim como os estudos sobre sexualidades e as especificidades nos campos de estudos das lesbianidade, homossexualidades, masculinidades, teoria queer, transexualidades entre outros campos teóricos dessa grande área. O componente possibilitou uma compreensão básica sobre tais questões, e foi a partir dessa experiência formativa que desenvolvi o projeto de doutorado que foi apresentado para seleção no PPGNEIM no ano de 2017.

Já como estudante, os componentes que me matriculei no primeiro semestre letivo foram: Seminário de Teoria Feminista I, que tinha como docente responsável a professora Márcia Macedo, Dinâmica das Relações de Gênero e Raça com a professora Rosângela Costa Araujo, e Teorias Feministas e Queer no Sul Global com Felipe Fernandes e Caterina Alessandra Rea.

O componente de Seminário de Teoria Feminista I foi importantíssimo para compreensão dos fundamentos teórico-metodológicos dos estudos feministas, em especial da construção do Gênero enquanto conceito e categoria analítica. No componente, foram realizadas discussões sobre a história do movimento feminista, as relações entre feminismo e ciência, os debates sobre sexo e gênero e suas intersecções com classe, raça e de maneira bastante superficial com sexualidade. Foi no componente de Teorias Feministas I que me provoqueei a pensar sobre a noção de *Ideologia de Gênero*, e as disputas atuais em torno do conceito de gênero e das questões sobre sexualidades e cidadania LGBT.

O componente “Teorias Feministas e Queer” no Sul Global foi um dos mais interessantes da minha trajetória formativa no PPGNEIM, pois nos possibilitou refletir e debater sobre correntes teóricas feministas e queer não-brancas, decoloniais e pós-coloniais especialmente em contextos sul-asiáticos, árabes, africanos e latino-americanos. Esse debate, que tem pouca visibilidade no programa, em especial nos temas elegidos para a formação obrigatória, contribuiu para uma compreensão dos modos de atuação dos feminismos não-hegemônicos. Nesse mesmo sentido, o componente “Dinâmica das Relações de Gênero e

Raça” me ajudou a compreender a luta das mulheres negras e as disputas em torno do conceito de gênero e mulher que sempre esteve ligado a branquitude e ao ocidente.

Em Dinâmicas das Relações sobre Gênero, Raça e Classe, primeiro partimos das definições e construções conceituais sobre raça, para em seguida pensar nas articulações entre esses três marcadores, que historicamente tem centralidades distintas nas lutas antirracistas, feministas e de classe. Uma das principais contribuições desse componente foi me ajudar a começar a compreender a noção de interseccionalidade, que passo a discutir de forma mais específica no componente de Cultura e Cidadania no segundo semestre.

Já no segundo semestre, me matriculei em outras duas disciplinas obrigatórias, “Seminário de Teoria Feminista II” coordenado pela professora Maíra Kubic e “Seminários Multidisciplinares de Pesquisa” coordenado pela professora Márcia Tavares, e os componentes optativos “Gênero e Poder” ofertado pela professora Salete Maria e “Cultura e Cidadania”, oferecido no Programa de Pós-graduação de Estudos Multidisciplinares em Cultura e Sociedade pelo professor Leandro Colling.

O componente “Seminários Multidisciplinares de Pesquisa” tinha como objetivo, segundo expresso em sua própria ementa, refletir sobre, a partir de uma perspectiva multidisciplinar, os fundamentos e possibilidades teórico-metodológicos da pesquisa feminista quantitativa e qualitativa nas ciências humanas e sociais. Ao longo do componente debatemos questões relativas as possibilidades metodológicas, com contribuições de diversas professoras/pesquisadores do campo de estudos em gênero e sexualidade.

A proposta do componente era contribuir com a reorganização metodológica de nossos projetos de pesquisa, sob a luz das correntes metodológicas da pesquisa feminista. No meu caso, em especial, a disciplina não contribuiu tanto quanto eu gostaria, pois as opções metodológicas que fiz em meu projeto e que venho desenvolvendo em minha pesquisa não foram debatidas no componente.

O componente “Seminário de Teoria Feminista II” discutiu a crítica feminista a ciência e as epistemologias feministas. Foram debatidas as diferentes perspectivas epistemológicas, assim como as principais críticas que a pesquisa feminista se coloca frente a ciência hegemônica. Pude nesse componente desenvolver, de forma mais sólida, a discussão sobre feminismo “standpoint” ou perspectivista que assumo como epistemologia em meu projeto de pesquisa. A partir desse debate me propus a discutir Interseccionalidade e Lugar de Fala, dois temas centrais do componente Cultura e Cidadania.

Em “Cultura e Cidadania” me aprofundi nas discussões sobre Interseccionalidade, Feminismo Negro e Lugar de Fala, que somados as discussões que vinham sendo feitas em

“Seminário de Teoria Feminista II” contribuíram para dar maior consciência as escolhas teóricas, metodológicas e epistemológicas que faço na pesquisa doutoral e escrita da tese.

O componente “Gênero e Poder”, que discutiu questões sobre o poder político, empoderamento feminino, igualdade de gênero na política e a crítica feminista ao pensamento político clássico e contemporâneo, me levou de volta ao debate sobre *Ideologia de Gênero* e sua total relação com as disputas de poder no campo político partidário em torno dos direitos e cidadania LGBT e da conceptualização de gênero enquanto categoria e marcador social indenitário. O debate sobre Ideologia de Gênero, questão central desse memorial de qualificação, está relacionado com o poder político e a interpretação que seus atores dão as noções de democracia, cidadania, direitos, institucionalidade, entre outros temas que foram abordados no componente ministrado pela professora Salete Maria.

Foi também com a professora Salete Maria que desenvolvi o Estágio Docente Orientado no componente “História das Mulheres e Gênero” que tinha como foco central de suas discussões o debate de Violência contra as Mulheres. O Estágio Docente, mesmo não tendo sido realizado em um componente que dialoga diretamente com meu projeto de pesquisa, foi uma das experiências mais enriquecedoras que tive no PPGNEIM, contribuindo com a minha formação

3 – PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS CIENTÍFICOS

Ao longo desses dois anos no PPGNEIM participei de diversos eventos científicos do campo de estudos de gênero e sexualidades, assim como fui convidado para contribuir em debates em escolas de nível médio e eventos que debatem as questões LGBT em espaços fora da universidade, a exemplo da I Semana LGBTQ que aconteceu em novembro de 2018 no Shopping da Bahia em Salvador, onde participei de uma mesa que discutiu Ideologia de Gênero no Brasil, e em agosto de 2018 onde participei do Festival Movimentos em Trânsitos, evento que unia atividades artísticas e discussões acadêmicas objetivo de com dar visibilidade e representatividade às questões de gênero e sexualidade nas cidades de Juazeiro – Bahia e Petrolina – Pernambuco. Também em 2018 fui convidado para participar de uma mesa sobre questões de gênero e sexualidade no evento “Vem Me Ver – Ano IV” na Universidade do Estado da Bahia em Senhor do Bonfim – Bahia, e para assumir o módulo sobre “Diversidade Sexual” no curso “Homens que queremos ser” do Ministério Público do Estado da Bahia.

Participei também de três atividades com estudantes da rede básica de ensino: realizei uma oficina sobre questões de gênero e sexualidade na Escola Estadual João Durval Carneiro, em Ponto Novo – BA (2018), palestrei em um evento sobre questões de gênero, sexualidade, raça e classe no Colégio Salesiano em Salvador – Bahia (2018), e ministrei um curso de 4 horas com os pais dos estudantes do Instituto Bom Aluno em Salvador – Bahia (2017).

Especificamente ao que tange a eventos científicos, participei do Simpósio de Pesquisadores Sobre Mulheres e Relações de Gênero (2018) e do XX Encontro Internacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Relações de Gênero (2018) apresentando o trabalho “A Ideologia de Gênero no Brasil: conflitos, tensões e confusões terminológicas”; participei do XIV Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (2017) apresentando o trabalho “A transformação do estigma em orgulho: redes de sociabilidade LGBT na Universidade”; apresentei o trabalho “Caça ao Gênero: a produção de noções sobre Gênero e Sexualidade em tempos de Golpe” no III Fórum Gira (2018) que aconteceu durante a programação do Fórum Social Mundial (2018) em Salvador – Bahia.

4 - ETAPAS DA PESQUISA

Até o presente momento já foram realizadas algumas das etapas propostas no cronograma da pesquisa do projeto apresentado ao PPGNEIM em 2017. Entre o que foi proposto e o que já foi realizado e está em realização, que pode ser acompanhado no quadro disponibilizado em seguida, já iniciei a Revisão de Literatura com levantamento das principais autoras, teorias e epistemologias feministas que serão acionadas para discutir as questões propostas na tese, assim como, também já foi feita a inserção em campo com o levantamento, identificação e realização de entrevistas com as interlocutoras dessa pesquisa.

Especificamente ao que tange ao processo de entrada em campo, este foi mediado pela constituição de um grupo de estudos e pesquisa vinculado ao projeto PERMANECER da Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil - PROAAE da UFBA com estudantes de cursos de graduação da UFBA. Em junho de 2018, o professor Felipe Fernandes submeteu ao Edital PROAE 28/2018 uma proposta de pesquisa que tinha como objetivo investigar as situações de violência contra estudantes LGBT da Universidade Federal da Bahia e o impacto que essas têm em sua permanência universitária, especialmente na permanência simbólica.

O desenvolvimento do projeto se deu a partir da correlação entre três eixos de pesquisa: Mapeamento das situações de violência homolesbotransfóbica; levantamento das denúncias de violência homolesbotransfóbica; identificação dos sujeitos punidos por homolesbotransfobia. Na submissão, foi solicitado três estudantes de graduação, entretanto foram concedidos apenas dois, que durante junho de 2018 a junho de 2019 atuaram como bolsistas do programa, realizando um levantamento das situações de lgbtfobia nos espaços universitários da UFBA, a fim de identificar onde, com quem, e como tem se produzido as violências contra estudantes LGBT. Ao mesmo tempo, buscou-se mapear quais dessas situações de violência foram denunciadas aos órgãos institucionais da universidade e registradas na ouvidoria Geral da UFBA, para, por fim, identificar os sujeitos que estão sendo punidos/penalizados pelos crimes de lgbtfobia no espaço universitário.

Atuei como co-coordenador do projeto, o que contribuiu para a minha inserção no campo e identificação de parte das interlocutoras da pesquisa, possibilitando a realização de quatro entrevistas, e o agendamento de outras que ainda serão realizadas durante o ano de 2019.

A identificação das interlocutoras se deu a partir da divulgação do questionário online “Desabapho Virtual”, onde as estudantes eram convidadas a relatarem situações de violência sofrida em sua trajetória formativa e os principais entraves de sua permanência material e

simbólica. Ao fim do questionário, as participantes eram convidadas a disponibilizar o seu contato para uma posterior entrevista presencial.

Outra forma de identificação das interlocutoras foi através da método Bola de Neve, a partir do contato e identificação de pessoas em rede, em que um contato leva a outro e assim sucessivamente. A eficácia dessa metodologia se deu por termos, entre as estudantes bolsistas do programa, um estudante autodeclarado homem-trans, estudante do curso de Engenharia da Computação. Uma das atividades realizadas no grupo de pesquisa vinculado ao permanecer foi a identificação de pessoas para serem entrevistadas pela pesquisa.

Em seguida, apresento as etapas da pesquisa que já foram desenvolvidas, que estão em desenvolvimento e que ainda não foram realizadas.

ETAPAS À SEREM DESENVOLVIDAS	ANDAMENTO	PREVISÃO
Revisitar a literatura clássica e contemporânea sobre gênero, sexualidade, permanência e afiliação universitária no Brasil.	Em andamento / parcialmente realizado	Dezembro 2019
Mapeamento das estudantes universitárias trans que frequentam a Universidade Federal da Bahia.	Em andamento / parcialmente realizado	Dezembro 2019
Identificação e convite das estudantes para participarem da pesquisa.	Em andamento / parcialmente realizado	Dezembro 2019
Investigação das trajetórias de vida e formação de estudantes trans da Universidade Federal da Bahia através da realização de entrevistas.	Em andamento	Junho 2020
Divulgação online do questionário “Desabapho Virtual” – levantamento das situações de violências sofridas por estudantes universitários LGBT e identificação de novas interlocutoras da pesquisa.	Já realizado	
Acompanhamento das situações de violência sofrida por estudantes LGBT.	Em andamento	Junho 2020
Traçar as disputas e os discursos produzidos no Brasil sobre Ideologia de Gênero na última década.	Já realizado	
Levantamento das situações de violências sofridas	Já realizado	

por estudantes LGBT no contexto das eleições presidenciais de 2018		
Traçar as políticas universitárias para prevenção à violência lgbtfóbica na Universidade no Brasil	Não realizado	Junho 2020
Elaborar um quadro sinótico com as principais organizações dos movimentos sociais e institucionalidades do governo implicados com a agenda da <i>Idologia de Gênero</i>	Já realizado	-
Elaborar um quadro sinótico com as políticas universitárias para a prevenção e combate a violência lgbtfóbica no contexto universitário do Brasil	Não realizado	Junho 2020
Participar e etnografar eventos e atividades na universidade, organizações dos movimentos sociais e governo que tenham como foco as questões de gênero e os direitos LGBT.	Em andamento / parcialmente realizado	Outubro 2020
Durante todo o decorrer da pesquisa: Escrita de Diários de Campo.	Em andamento / parcialmente realizado	Dezembro 2020
Tratamento dos dados / Análise das entrevistas e do material do campo.	Não realizado	Dezembro 2020
Redação final da tese e elaboração das conclusões	Não realizado	Dezembro 2020
Entrega de Relatórios de Pesquisa	Não realizado	Mai 2021
Apresentação final da tese	Não realizado	Abril 2021

Entre as etapas que ainda não foram realizadas estão a identificação de novas interlocutoras e realização de novas entrevistas, o processo de tratamento dos dados e análise do material recolhido em campo, a redação final da tese e a Defesa da Tese, prevista para abril de 2021.

5 - CAPA E CONTRACAPA DA DISSERTAÇÃO



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES
SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS - PPGNEIM
MESTRADO

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES TRANS EM
TEMPOS DE PERSEGUIÇÃO AS QUESTÕES DE GÊNERO E
SEXUALIDADES

Salvador

2021

ELDER LUAN DOS SANTOS SILVA

**A PERMANÊNCIA UNIVERSITÁRIA DE ESTUDANTES TRANS EM
TEMPOS DE PERSEGUIÇÃO AS QUESTÕES DE GÊNERO E
SEXUALIDADES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero Mulheres e Feminismo da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Estudos Interdisciplinares sobre Gênero Mulheres e Feminismo.

Área de concentração: Gênero, Alteridades e Desigualdades.

Orientador: Felipe Bruno Martins Fernandes

Salvador-BA
2021

6 - SUMÁRIO TEMPORÁRIO DA TESE

- 1. – CONTEXTOS E PRETEXTOS: a questão LGBT e feminista no cenário político-social atual**
 - 1.1. Como sobreviver em meio ao caos?
 - 1.1.1. Contextos Universitários
 - 1.2. Pânico moral em torno das questões de Gênero
 - 1.3. O fenômeno da Ideologia de Gênero e o combate aos direitos das mulheres e LGBT
 - 1.3.1. O cenário Brasileiro
 - 1.4. Capitalismo Gay, Neoliberalismo Queer e a visibilidade as questões LGBT no Brasil

- 2. – ESTAR LGBT NA UNIVERSIDADE: entre avanços e retrocessos**
 - 2.1. Universidade, gênero, sexualidade e violência.
 - 2.2. A lgbtfobia institucional e a naturalização do discurso lgbtfóbico
 - 2.3. As múltiplas faces da violência lgbtfóbicas
 - 2.4. Das (im)possibilidades de se afiliar

- 3. – CAMINHOS METODOLÓGICOS: a minha trajetória enquanto estudante gay e pesquisador feminista**
 - 3.1. Implicações com o objeto de pesquisa
 - 3.2. A opção etnometodológica e etnoimplicada
 - 3.3. O campo, os instrumentos e as interlocutoras

- 4. — TRANSIÇÕES: trajetórias formativas de pessoas trans na Universidade.**
 - 4.1. O acesso de pessoas trans à universidade: antes e depois da política de cotas.
 - 4.2. Ritos de passagem: a vivência e o estranhamento universitário
 - 4.3. Permanências: entre o material, o simbólico e as violências interseccionadas
 - 4.4. Os processos de reconhecimento do/no espaço universitário.

- 5. – PRODUÇÕES, REPRODUÇÕES, ATUALIZAÇÕES E CONFRONTOS: contornos da violência transfóbica na universidade**
 - 5.1. Da violência cotidiana à espetacularizada – entre ações e autores

- 5.2. Denúncia e punitivismo: das expectativas ao que de fato é feito
- 5.3. Enfrentamentos: estratégias de combate e prevenção da violência
- 5.4. Políticas afirmativas para estudantes LGBT e a minuta pró-diversidade

6. - REDES DE SOCIABILIDADE E AFETIVIDADES: por uma política de permanência e pregnância de pessoas trans na universidade

- 6.1. Como as e os estudantes trans da UFBA tem sobrevivido em meio ao caos?
- 6.2. Afetividades e sociabilidades: redes autônomas de proteção à transfobia
- 6.3. Os grupos de pesquisa e coletivos de diversidades sexual
- 6.4. Por uma transfiliação universitária.

7 - ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO/DETALHAMENTO DOS CAPÍTULOS

1. – CONTEXTOS E PRETEXTOS: a questão LGBT e feminista no cenário atual

Nesse capítulo, reflito, a partir do contexto social e político atual, que se intensificou no processo eleitoral de 2018, sobre a perseguição às questões de gênero, feministas e dos direitos das pessoas LGBT, que ao redor do mundo tem sido postas sob o desígnio de “Ideologia de Gênero”. Primeiramente, localizo a produção dessa tese nesse contexto, ressaltando a intensificação da violência contra pessoas LGBT desde as eleições de 2018. Em seguida, historicizo a chamada ideologia de gênero, a sua proliferação e consolidação no Brasil, e os impactos desse movimento no cenário local, em especial na educação. Por fim, reflito como a apropriação da cidadania e de direitos LGBT pelo neoliberalismo, substanciou e deu outros contornos para esse debate.

1.1.Como sobreviver em meio ao caos?

1.1.1. Contextos Universitários

1.2.Pânico moral em torno das questões de Gênero

1.3.O fenômeno da Ideologia de Gênero e o combate aos direitos das mulheres e LGBT

1.3.1. O cenário Brasileiro

1.4.Capitalismo Gay, Neoliberalismo Queer e a visibilidade as questões LGBT no Brasil

2. – ESTAR LGBT NA UNIVERSIDADE: entre avanços e retrocessos

No capítulo dois refletirei sobre a coorelação entre Universidade, gênero, sexualidade e a violência, e a forma como lgbtfobia tem atrevesado a vida universitária de pessoas LGBT. Discutirei as produções de gênero e sexualidade no contexto universitário e os atravessamentos das violências (institucional, simbólica, espetacularizada, cotidiana) e seu impacto na permanência de pessoas trans. Daí, tensiono a noção de afiliação universitária a partir de Alain Coulon, para pensar nas (im)possibilidades de permanecer e se afiliar nessa universidade que, cada vez mais, tem incorporado, produzido, reproduzido e atualizado as violências lgbtfóbicas.

2.1.Universidade, gênero, sexualidade e violência.

2.2.A lgbtfofia institucional e a naturalização do discurso lgbtfóbico

2.3.As múltiplas faces da violência lgbtfóbicas

2.4.Das (im)possibilidades de se afiliar

3. – CAMINHOS METODOLÓGICOS: a minha trajetória enquanto estudante gay e pesquisador feminista

Esse capítulo é o que apresentarei as minhas implicações com o objeto da pesquisa, o percurso teorico-metodologico assim como as oportunidades e escolhas formativas que me levaram até o Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Mulheres, Gênero e Feminismo e esse projeto de pesquisa. Ademais, justifico a opção pela etnometodologia e a etnopesquisa implicada, e apresento o campo, os instrumentos metodológicos, e as interlocutoras.

3.1.Implicações com o objeto de pesquisa

3.2.A opção etnometodológica e etnoimplicada

3.3.O campo, os instrumentos e as interlocutoras

4. — TRANSIÇÕES: - trajetórias formativas de pessoas trans na Universidade.

Nesse capítulo discutirei os processos de transição: do ensino médio para a vida universitária, e o processo de transição de gênero, que, assim como pude perceber nas entrevistas que já realizei, são processos que muitas vezes se inter cruzam. Discutirei o acesso de pessoas Trans à universidade antes e após a política de cotas, o processo de estranhamento universitário e as vivências/experiências de gênero e sexualidade que são possibilitadas a partir do acesso a universidade, e os processos de reconhecimento e exclusão do/no espaço universitário.

4.1.O acesso de pessoas trans à universidade: antes e depois da política de cotas.

4.2.Ritos de passagem: a vivência e o estranhamento universitário

4.3.Permanências: entre o material, o simbólico e as violências interseccionadas

4.4.Os processos de reconhecimento do/no espaço universitário.

5. – PRODUÇÕES, REPRODUÇÕES, ATUALIZAÇÕES E CONFRONTOS: Contornos da violência transfóbica na universidade

Nesse capítulo, a partir das categorias de violência cotidiana, espetacularizada, simbólica e institucional, discutirei as situações de violência que são vivenciadas na universidade pelas interlocutoras, os principais produtores dessas violências, os processos de denúncia e a relação dessas com a noção de punitivismo, refletindo sobre o que tem sido feito para combater a lgbtfobia na universidade, os enfrentamentos e as estratégias de combate e prevenção da violência.

5.1. Da violência cotidiana à espetacularizada – entre ações e autores

5.2. Denúncia e punitivismo: das expectativas ao que de fato é feito

5.3. Enfrentamentos: estratégias de combate e prevenção da violência

5.4. Políticas afirmativas para estudantes LGBT e a minuta pró-diversidade

6. - REDES DE SOCIABILIDADE E AFETIVIDADES: por uma política de permanência e pregnância de pessoas trans na universidade

No último capítulo retomo a pergunta que abre a tese e reflito como as e os estudantes trans tem sobrevivido e vivido a universidade em meio ao contexto político-social atual, para isso pretendo discutir as estratégias individuais e coletivas que as pessoas trans tem utilizado para permanecer na universidade e enfrentar a lgbtfobia. Apresentarei as redes de sociabilidades e afetividades, assim como os coletivos e grupos e pesquisa que coletivamente desenvolvem ações para enfrentar a transfobia, dar suporte e possibilitar a permanência universitária de pessoas trans. Ao fim desse capítulo pretendo defender o que chamo de uma política de transfiliação que garanta a permanência e pregnância de pessoas trans, uma reinterpretção do conceito de Afiliação de Alain Coulon, a partir da realidade e experiência das pessoas trans que vivenciam a universidade.

6.1. Como as e os estudantes trans da UFBA tem sobrevivido em meio ao caos?

6.2. Afetividades e sociabilidades: redes autônomas de proteção à transfobia

6.3. Os grupos de pesquisa e coletivos de diversidades sexual

6.4. Por uma transfiliação universitária

8 - CAPÍTULO I - CONTEXTOS E PRETEXTOS: A QUESTÃO LGBT E FEMINISTA NO CENÁRIO POLÍTICO-SOCIAL ATUAL

Nesse capítulo reflito, a partir do contexto social e político atual, que se intensificou no processo eleitoral de 2018, sobre a perseguição às questões de gênero, feministas e dos direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), que ao redor do mundo tem sido postas sob o desígnio de “Ideologia de Gênero”. Primeiramente, localizo a produção dessa tese nesse contexto, ressaltando a intensificação da violência contra as pessoas LGBT desde as eleições de 2018. Em seguida, historicizo a chamada ideologia de gênero, a sua proliferação e consolidação no Brasil, e os impactos desse movimento no cenário local, em especial na educação. Por fim, reflito como a apropriação da cidadania e de direitos LGBT pelo neoliberalismo, substanciou e deu outros contornos para esse debate.

No primeiro tópico questiono a sobrevivência das pessoas LGBT em meio a contexto social e político atual que, desde o período eleitoral de 2018 que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro, tem sido marcado por situações de violência e um acirramento da lgbtfobia. Em seguida, no segundo tópico, discuto o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade e em seguida localizo a perseguição aos estudos de gênero, aos direitos das pessoas LGBT e a produção dessas violências na retórica da chamada “Ideologia de Gênero”, que no Brasil avançou consideravelmente nos últimos anos, em especial nos contextos em torno do Programa Escola Sem Homofobia e da aprovação do Plano Nacional de Educação. Por fim, direciono a minha reflexão para as discussões sobre Capitalismo Gay e Neoliberalismo Queer, pensando como, a cooptação das demandas e bandeiras LGBT pelo neoliberalismo tem produzido um tipo específico de visibilidade e orgulho LGBT que, ao tempo que gera outras violências, contribui com o fortalecimento das violências e perseguições que já existem e que foram relatadas ao longo de todo o texto.

1.1 Como sobreviver em meio ao caos?

A escrita dessa tese teve começo em meio à campanha presidencial de 2018 que culminou na eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro eleito pelo Partido Social Liberal (PSL). Esse período foi fortemente marcado por um discurso de ódio e situações de violência contra mulheres, negros e negras e, em especial, pessoas LGBT, e nas semanas que

antecederam as eleições presidenciais que aconteceram no dia 28 de outubro, diversos casos de violência contra pessoas LGBT foram registrados: em Aracaju, Layna Fortuna, uma mulher trans, foi assassinada (QUIRINO, 2018); em São Paulo, uma travesti foi morta a facadas sob os gritos de “Bolsonaro” e “Ele Sim” (REVISTA FÓRUM, 2018); em Curitiba, um homem gay foi assassinado e teve seu corpo trancado em um armário (SOUZA, 2018); em Salvador, na madrugada que sucedeu o primeiro turno das eleições, o mestre de capoeira Môa do Katendê levou 12 facadas e não sobreviveu (LIMA, 2018); Julyanna Barbosa, ex-vocalista do grupo Furacão 2000, mulher trans, foi atacada com uma barra de ferro (LIMA, 2018); Netinha Matias, travesti piauiense, de 40 anos, residente da cidade Sigefredo Pacheco, foi brutalmente espancada dentro de sua residência (LINHARES, 2018). Todas essas agressões tem um ponto em comum: foram cometidas por apoiadores declarados do então candidato à presidência da república e presidente eleito Jair Bolsonaro.

As violências simbólicas também foram imensas. Na internet circularam vários vídeos em que era possível ouvir e/ou ver as pessoas entoando ataques à pessoas LGBT: em um deles, um grande grupo de pessoas no metrô de São Paulo cantou: “*o bicharada, toma cuidado, o Bolsonaro vai matar viado*” (MATOS, 2018); em outro, três crianças cantam: “*O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais um recado, corra você que é viado, corra você que é viado, O Bolsonaro está chegando e eu vou lançar mais uma onda, corra você sapatona, corra você sapatona*” (GGB, 2018).

A jornalista Joana Oliveira (2018) em matéria publicada no site do El País, relatou em tempo real como as agressões e os discursos de ódio em torno das eleições de 2018 estavam aumentando a ansiedade e impondo novos modos de existência para um grupo que se sente vulnerável e ameaçado por esses discursos, a população LGBT. A reportagem apurou como um casal de homens gays, uma mulher trans, uma mulher lésbica e outra bissexual, duas mulheres negras periféricas e uma mulher indígena estavam lidando com esses ataques. Os relatos dão conta de um medo latente que tem imposto modificações na forma como essas pessoas tem vivido no Brasil, como, por exemplo, pra um casal de homens gays, que teve que voltar para o armário e decidiu não mais expor seu afeto em público (OLIVEIRA, 2018).

Boa parte das análises da mídia e dos movimentos sociais no Brasil, ainda recentes, atribui essas crescentes violências ao discurso de ódio de Jair Messias Bolsonaro. Ao longo de sua construção enquanto pré-candidato, a popularidade do mesmo se deu justamente por causa das declarações machistas, racistas, lgbtfóbicas, misóginas e de incitação à violência.

Um levantamento realizado pela Pública em parceria com a “*Open Knowledge Brasil*” revelou que nos primeiros 10 dias do mês de outubro de 2018 houve pelo menos 70 ataques com motivações políticas contra mulheres, negros e LGBT.

Nesse levantamento, é possível localizar que parte desses ataques tem acontecido nas universidades públicas do país. Na Universidade Federal do Paraná (UFPA), cerca de seis homens agrediram um estudante em frente à Casa da Estudante Universitária, onde residem os estudantes com maiores índices de vulnerabilidade social. Na Universidade de Pelotas (UFPEL), o professor Luciano Volcan Agostini recebeu ameaças via e-mail de um estudante que dizia estar “envolvido diretamente com a campanha de Bolsonaro” (ZANATTA et al., 2018). Na Universidade Federal da Bahia (UFBA), a professora Denise Carrascosa do Instituto de Letras também foi ameaçada. Segundo relatos da mesma, publicados em sua rede social e reproduzidos por diversos sites de notícias, ao passar pela portaria do Instituto de Letras, um estudante a interpelou dizendo “Professora, depois do dia 28 a senhora vai ver” (MUNIZ, 2018). Também na UFBA, no dia 28 de outubro, após o resultado das eleições, militantes pró-Bolsonaro foram à porta da residência universitária, localizada no Corredor da Vitória em Salvador, ameaçar estudantes LGBT. Uma estudante da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) foi atacada com socos. Em seu relato publicado na rede social *Facebook* e reproduzido pelo site Brasil de Fato (PITASSE, 2018), ela escreveu que durante a agressão foi chamada de “sapatão de merda e vagabunda” e que “não era uma mulher de respeito”. Na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) estudantes de Filosofia foram agredidas por estudantes dos cursos de Medicina e Nutrição (UFMA, 2018). Em Teresina, o estudante universitário Lenilson Bezerra, 24 anos, foi brutalmente agredido por 10 homens, vindo a óbito poucos dias depois (PINCEL, 2018). Na Universidade de Brasília (UNB), livros de Direitos Humanos foram rasgados na Biblioteca (MARQUES; CARVALHO, 2018). Na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), um aluno jogou uma mesa em direção a um professor da instituição que durante a aula havia exibido um vídeo sobre fascismo (HENRIQUES, 2018).

Além desses ataques direcionados à pessoas e grupos minoritários, a Instituição Universitária foi fortemente atacada nos dias que antecederam o segundo turno da eleição presidencial de 2018. Um levantamento publicado no dia 26 de outubro pelo site de notícias “Conversa Fiada” (ERTHAL, 2018) dava conta de que pelo menos trinta universidades

públicas haviam sido invadidas por policiais e membros da Justiça Eleitoral, sob a justificativa de propaganda eleitoral irregular¹.

Dentre as ações policiais, ocorreram remoções de faixas de combate ao Fascismo na UFRJ e na UERJ, a paralisação de aulas públicas com os temas “Contra o Fascismo, pela Democracia” e “Esmagar o Fascismo”, respectivamente na FURG e UFGD, e a invasão de Policiais Militares armados em uma aula que tratava sobre Fake News na UFPA, após a filha de um PM realizar uma denúncia de que o professor estaria intimidando estudantes a não votarem no presidencial Jair Bolsonaro.

Essas ameaças não são novas, e já vem acontecendo há algum tempo, em especial contra docentes universitários que pesquisam e/ou militam em favor das questões LGBT e feministas e em prol do direito das mulheres. Em dois casos bastante emblemáticos, duas professoras universitárias foram ameaçadas de morte: a professora Débora Diniz da UNB passou a ser perseguida nas redes sociais e ameaçada de morte por defender e pesquisar sobre a descriminalização do aborto, entre outros temas dos estudos de gênero e sexualidade (PAULA, 2018); outro caso semelhante a esse aconteceu na UFBA, onde uma professora do Bacharelado em Estudos de Gênero e Diversidade (BEGB) foi ameaçada de morte em novembro de 2017 por pesquisar questões relacionadas ao aborto e a divisão sexual do trabalho (MARINHO; SANTOS; VIGNE, 2018). A UFBA também foi alvo de outras perseguições, a exemplo dos ataques e ameaças sofridas pelo Projeto Pensamento Lésbico Contemporâneo. Lemos e Cordeiro (2018) relatam que o projeto, em especial a Jornada do Pensamento Lésbico Contemporâneo que aconteceu de 24 a 25 de novembro na UFBA, organizada pelo Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – GIR@, foi alvo de ataques e ameaças tendo como intenção a não realização do evento.

Outra face dessa violência crescente nos últimos anos no Brasil tem se dado justamente nesse campo dos estudos de gênero e das pesquisadoras e pesquisadores envolvidos com essa temática. A perseguição aos estudos de gênero, que se ampliou no Brasil no contexto da aprovação dos planos municipais, estaduais e federal de Educação, teve centralidade na campanha presidencial de 2018 e, minimamente no campo das discursividades, opôs, especialmente no segundo turno, dois projetos políticos: um que

¹ Os dados obtidos pelo veículo “Toda Palavra” mostram que as unidades de ensino que tiveram ações da Justiça Eleitoral em parceria com a Polícia foram: Unidades de Ensino da UFGD (Dourados), UEPA (Iguarapé-Açu), UFCG (Campina Grande), UFF (Niterói), UEPB, UFMG, Unilab (Palmares), SEPE-RJ, Unilab-Fortaleza, UNEB (Serrinha), UFU (Uberlândia), UFG, UFRGS, UCP (Petrópolis), UFSJ, UERJ, UFERSA, UFAM, UFFS, UFRJ, IFB, Unila, UniRio, Unifap, UEMG (Ituiutaba), UFAL, IFCE, UFPB, UFRPE (Serra Talhada), UNESP (Botucatu), UEAL, Unisinos e IFF (Campos dos Goytacazes).

defendia os direitos das mulheres, negros, LGBT, índios, entre outros grupos subalternizados, e outro que acreditava que essas agendas eram “coitadismo” (CALEIRO, 2018).

Isso ficou ainda mais nítido após os primeiros 100 dias de governo do presidente Jair Messias Bolsonaro. Através de sua conta pessoal no twitter, principal meio de comunicação de Bolsonaro com seus eleitores, o presidente manteve o tom da campanha e os ataques às questões de gênero. Assim como na campanha, o governo Bolsonaro tem investido em uma guerra discursiva, que tem como um dos principais alvos os direitos das mulheres e dos LGBT.

No dia 05 de janeiro, cinco dias após a posse, ao anunciar o novo coordenador do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Murilo Resende, o presidente publicou em sua rede social que em seus estudos, o novo coordenador deixa claro que a “prioriza o ensino ignorando a atual promoção da lacração”. Ainda no mesmo mês, após 23 dias de empossado, Bolsonaro comemorou a desistência do ex-deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) de ocupar o cargo de Deputado Federal, para o qual foi eleito nas últimas eleições. Não satisfeito, o presidente ainda comemorou o fato de que Jean Wyllys anunciou que iria embora do país por estar sofrendo ameaças de morte. Em 13 de Fevereiro de 2019, também em sua conta no twitter, Bolsonaro se posicionou contra a Criminalização da Homofobia, que havia entrado em pauta no Supremo tribunal Federal (STF) naquele dia. Uma das postagens mais emblemáticas aconteceu no dia 05 de março de 2019, quando, para criticar o Carnaval Brasileiro, o presidente publicou em sua rede social um vídeo onde duas pessoas LGBT faziam uma performance queer em cima de um contêiner, tendo gerado todos os tipos de comentários em torno da “chuva dourada”.

Quem também teve grande destaque na mídia devido às declarações que atacam pessoas LGBT e as questões de gênero e sexualidade foi a ministra Damares Alves. No terceiro dia de governo, na sua posse como Ministra da Mulher Família e Direitos Humanos, disse que iria “acabar com a doutrinação ideológica das crianças e adolescentes”, fazendo referência ao que convencionalmente tem sido chamado de *Ideologia de Gênero* (NUNES, 2019), e que o Brasil estaria entrando em uma nova era, em que “meninas vestem rosa e meninos vestem azul” e que “menina será princesa e menino será príncipe” em uma clara ofensiva às pessoas trans e as questões relacionadas a identidade de gênero, traíndo portanto o acordo estabelecido com a ABGLT ainda em dezembro.

Muito além do campo discursivo, os cem primeiros dias do governo Bolsonaro foram palco de um desmonte de políticas públicas para pessoas LGBT. Logo nos primeiros dias de governo foi extinta no Ministério da Educação (MEC) a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), pasta responsável pela promoção de

políticas educacionais que transversalizem questões de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, além de outras questões como raça, cor, etnia, origem, posição econômica, deficiências, condição geracional e outras diferenças. Nesse mesmo embalo, o Ministério da Saúde (MS) publicou uma orientação para que sejam desconsideradas campanhas específicas de prevenção às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST) e Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) para a população de homens gays, travestis, homens trans, bissexuais e mulheres lésbicas e trans (LONGO, 2019). A justificativa dada pelo ministro da saúde é de que o ministério não irá “ofender as famílias”. Nesse contexto, a Advocacia Geral da União (AGU) se manifestou contra a criminalização da homofobia e houve ainda o anúncio de “reestruturação” dos Conselhos Nacionais, que impactará no funcionamento do Conselho LGBTI (LONGO, 2019).

Através dessa breve contextualização vemos que há um acirramento das situações de violências contra grupos historicamente subalternizados, resultado dessa atual produção de discursividades que descaracteriza a importância das agendas de direitos humanos. Uma pesquisa divulgada pela Folha de São Paulo em 20 de março de 2019 afirma que há uma escalada de violência contra a população LGBT no Brasil desde o período eleitoral do ano passado (MENA, 2019).

A pesquisa, conduzida pela organização de mídia Gênero e Número e financiada pela Fundação Ford aponta que 92,5% dos LGBT entrevistados consensuam que as violências lgbtfóbicas aumentaram desde o período eleitoral. Já entre os entrevistados, 51% afirmaram ter sofrido algum tipo de violência motivada por sua identidade de gênero e orientação sexual. Entre os/as agredidos/as, 94% foram vítimas de violência verbal e 13% de violências físicas. Esse mesmo dado é mostrado pelo Disque 100, serviço de atendimento telefônico gratuito destinado a receber demandas relativas a violações de Direitos Humanos, que em outubro de 2018 recebeu 272% mais denúncias de violências lgbtfóbicas do que no mesmo período em 2017, sendo 330 casos em outubro de 2018 contra 131 em outubro de 2017.

Essa conjuntura também tem afetado o funcionamento da Universidade, assim como tem, ao mesmo tempo, criado um clima de tensão, além da produção e reprodução das violências lgbtfóbicas. A universidade tem sido um dos campos onde as situações anteriormente relatadas se reverberaram e ganharam legitimidade, e, também no espaço universitário, o foco principal dessas violências baseadas no gênero têm sido as mulheres e pessoas LGBT, em especial aqueles e aquelas que estão envolvidas com os estudos de gênero e sexualidade e a militância feminista e LGBT.

1.1.1 - Contextos universitários

A universidade precisa ser compreendida como uma instituição social, que reflete a estrutura e a forma de funcionamento da sociedade como um todo, ao tempo, que, por ser uma instituição definida pela sua autonomia, também produz as suas próprias estruturas, regras, normas, ordenamentos e violências específicas do seu contexto que confluem num espaço que não apenas reproduz, mas também atualiza as desigualdades e hierarquias de classe, raça, gênero, território, sexualidade, e contribui para que muitos conflitos sociais encontrem em seu interior mecanismos de estabilização. (NARDI ET AL, 2015; AMARAL, 2015).

Há uma dificuldade por parte das instituições universitárias de reconhecerem a dimensão institucional do preconceito e a sua participação e responsabilidade na manutenção das hierarquias sociais, como é o caso das hierarquias relacionadas à gênero e sexualidades (NADIR ETAL, 2015). Segundo Amaral (2014), especialmente a nível institucional, a lgbtfobia é responsável por essa hierarquização social entre os grupos sexualmente marcados e pela legitimação da inferioridade social daqueles que fogem os padrões de normalidade.

Givigi e Oliveira (2013) afirmam que a universidade é um lugar de produção de microfacismos, organizados pelos currículos, projetos político-pedagógicos, normativas e práticas pedagógicas que se legitimam com base na norma heterossexual, criando e enunciando verdades sobre os corpos, gêneros e sexualidades dos sujeitos, e excluindo as possibilidades de vivência múltiplas dos mesmos.

Manifestada através da lgbtfobia que atua como reguladora das interações entre os atores e grupos sexuais sociais, a violência conserva a dominação social da heterossexualidade e legitima a inferioridade social dos que fogem ao padrão tido como normal (AMARAL, 2014). Essa violência, que inferioriza e patologiza aqueles com gêneros, corpos e sexualidades diferentes dos hegemônicos, se manifesta através lgbtfobia e caracteriza-se pela hostilidade, o ódio e a agressão legitimada pelos padrões culturais e sociais que condenam práticas não heterossexuais (SOUZA, MIRANDA, 2013).

Perceber que esse movimento tem se atualizado e reproduzido com muita força nas universidades, em especial nas universidades públicas federais, nos leva há uma nova pergunta, essencial pra esse estudo: como permanecer nessa nova universidade que se desenha no avançar da extrema direita e do ultraconservadorismo que tem combatido os direitos LGBT e das mulheres e as questões de gênero e sexualidade no Brasil?

Para responder essa pergunta precisamos voltar um pouco no tempo, e compreender como tem se delineado o pânico moral em torno das questões de gênero e sexualidade e como se estruturou esse movimento que repugna tudo aquilo que se relaciona com as questões

LGBT e Feministas, ao tempo que legitima a violência contra mulheres, lésbicas, gays, bissexuais, negros e negras, e em especial pessoas trans.

1.2 Pânico moral em torno das questões de Gênero

Há períodos históricos em que a sexualidade é mais nitidamente contestada e mais excessivamente politizada. Nesses períodos o domínio da vida erótica é, de fato, renegociado (RUBIN, Gayle. 1994).

Na perspectiva de Gayle Rubin (1994), acredito que estamos vivendo um desses períodos históricos, onde a sexualidade e o gênero, mais especificamente os gêneros e sexualidade dissidentes, estão sendo excessivamente contestados e politizados. Acredito que o momento em que nos encontramos, reuniu *condições de possibilidades históricas* para que movimentos religiosos, e conservadores em geral, projetassem suas ideias.

Tal como no final do século XIX, quando, assim como aponta Foucault (1985), os vícios, como um todo, passaram a ser perseguidos e viraram objetos discursivos da sociedade, especialmente da comunidade médica, nos últimos anos, presenciamos também um avançar dos setores conservadores no Brasil e no mundo e um aumento significativo dos discursos e discursividades sobre os sexos, as sexualidades e os gêneros dissidentes.

Algo que tem marcado esse debate, tal como já salientava Moore (1997), no final da década de 90, é que as diferenças entre homens e mulheres na vida social são descritas e estabelecidas a partir do viés biológico e da compreensão que existe uma simples relação de causa e efeito entre biologia e comportamento social (MOORE, 1997). Segundo aponta Moore (1997), a própria biologia tem rejeitado essas perspectivas que a compreendem como um “*determinante de mão única*”, entretanto, de forma intencional, alguns setores e instituições da nossa sociedade, a exemplo das igrejas católicas e protestantes, tem insistido em combater toda e qualquer produção que localize gênero e sexualidades fora da natureza e da biologia.

Tais concepções, são reflexo da dominação do sexo, por mais de um século, pela medicina, psiquiatria e psicologia, que se esforçavam para reproduzir esses essencialismos, e para classificar o sexo como propriedade dos indivíduos, sem história e determinantes sociais (RUBIN, 1994). Mais que isso, segundo também expressa Rubin (1994), as sociedades ocidentais consideram o sexo como uma força negativa, perigosa e destrutiva e até mesmo inerentemente pecaminosa, que se organiza com base em um sistema hierárquico de valores sexuais que organiza a prática sexual. Aqueles comportamentos e práticas que são lidas como

de baixo status, a exemplo do que Rubin (1994) chama de “*sapatões de bar e homens gays promíscuos*”, são punidas e estigmatizadas, e categorizadas como má conduta sexual.

Para Foucault (1985) os discursos sobre o sexo têm se ordenado no sentido de afastar da realidade as formas de sexualidade que destoam da economia de reprodução. Através de discursos que condenam as atividades infecundas, os prazeres paralelos, e reduzem as práticas sexuais a finalidades reprodutivas, multiplicaram-se as condenações jurídicas das perversões e anexou-se a irregularidade sexual à doença mental.

Em todas as etapas da vida humana, foram desenvolvidas normas sexuais regulatórias, controles pedagógicos da sexualidade, tratamentos médicos, caracterizando e abominando os desvios possíveis. Nos últimos três séculos, houve uma centralização da sexualidade na genitália, ordenada em função de assegurar o povoamento, reproduzir a forma de trabalho e das relações sociais, e proporcionar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora (FOUCAULT, 1985).

Segundo Foucault (1985), a sexualidade, que era pública, sem escândalos, sem incômodos, passou, ao longo dos séculos XVIII e XIX, a ser confiscada pela família conjugal, promovendo uma série de perguntas que a tornaram uma questão discursiva. A sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, o prazer dos que não amam o outro sexo, os devaneios, as obsessões, que anteriormente figuravam apenas entrevistas, começaram a ser mais fortemente interrogadas, dando lugar à dimensão específica da contra natureza do campo da sexualidade (FOUCAULT, 1985). Desde então, a sexualidade vem sendo descrita, educada, compreendida, normatizada, regulada, explicada, saneada, a partir das mais diversas perspectivas (LOURO, 2003).

São nesses séculos que são gestadas as sexualidades periféricas, aquelas que carregam o estigma da loucura moral, da neurose genital, da aberração, do sentido genésico, da degenerescência e do desequilíbrio psíquico (FOUCAULT, 1985). Esse aparecimento, gera um regime mais severo, um controle mais direto sobre essas sexualidades, um artifício suplementar da severidade nos mecanismos de vigilância, instaurados pela pedagogia das sexualidades, e pela intervenção da religião, da ciência médica, da psiquiatria, e da educação na construção dos prazeres morais e sadios, e na execução de um poder proibitivo (LOURO, 2003).

O desejo passa então a ser transformado em discurso, e tudo que se relaciona com o sexo deveriam ser dito, confessado, para que se possa ao mesmo tempo fiscalizá-lo por meio de discursos públicos de regulação (FOUCAULT, 1985). Ao se tornar um problema político e econômico, tanto o estado, quanto a sociedade (em especial a igreja), passam a organizar o

sexo e fazer do comportamento dos casais um problema público, que afasta da realidade as formas de sexualidade que estivessem insubmissas a economia de (re)produção (FOUCAULT, 1985). A sexualidade deveria ser algo economicamente útil e politicamente conservadora, aquelas que assim não fossem, passaram então a serem perseguidas, o que em consequência gerou a implementação das múltiplas perversões das heterogeneidades sexuais (FOUCAULT, 1985).

Foucault (1985) afirma que o poder que persegue as sexualidades torna-as também objeto de desejo; os controles e dispositivos de saturação da sexualidade, que reduziram o sexo ao casal heterossexual e incitaram a caça às sexualidades não-reprodutivas, possibilitaram, ao mesmo tempo, a proliferação de grupos com elementos múltiplos e sexualidades desviantes; a interdição da sexualidade gerou a proliferação dos discursos, que produziu saberes sobre o prazer, ao tempo que estimulou a experimentação dos prazeres.

Aqueles que passam a ser abominados, e que são expostos pelos discursos de interdição e regulação, são as chamadas sexualidades periféricas, não naturais, como por exemplo a sexualidade das crianças, dos loucos, dos criminosos, dos homossexuais, das manias, dos que não amam, entre outros (FOUCAULT, 1985). Todas essas figuras, que antes estavam entrevistadas, passam a não somente serem expostas, como também, a ter a difícil missão de confessar aquilo que são, como é o caso da homossexualidade, que passa de uma prática (sodomia) para uma identidade (o sujeito homossexual) (FOUCAULT, 1985).

A medicina e psiquiatria contribuíram enormemente para a multiplicação dessas categorias dissidentes, que reforçadas pela igreja como práticas pecaminosas, assumiram na cultura popular um lugar de depravada, doentes, pecaminosas, que ameaça as crianças, a organização das famílias e até mesmo a segurança nacional (RUBIN, 1994). Esse pânico gerado pelo sexo e a sexualidade, tem contribuído para que algumas instituições sociais, a exemplo das organizações cristãs, dediquem parte de seu tempo para combater, aquilo que por elas é lido como não-natural, imoral, entre outros adjetivos negativos, fruto de um pensamento que posiciona o sexo exclusivamente no campo biológico e reprodutivo.

Segundo Rubin (1994), justamente por não ser uma estrutura monolítica, é que existem batalhas contínuas em torno das “*definições, avaliações, arranjos, privilégios e custos do comportamento sexual*” (RUBIN, 1994, p. 28), fazendo com que a luta política sobre o sexo assuma contornos específicos, como é o caso da chamada *ideologia de gênero*, forma como alguns setores das igrejas católicas e neopentecostais e partidos políticos conservadores (no Brasil, conhecidos como bancada do Boi, da Bíblia e da Bala) estão usando para se referir aos estudos sobre gênero, mulheres, feminismo, sexo e sexualidades. Para essas

pessoas, os estudos de gênero se estruturam para forçar um novo modelo familiar, uma nova forma de viver a sexualidade, e um projeto de destruição do sexo e do gênero em suas formas convencionais.

A partir dessa compreensão, estruturam seu pensamento e sua atuação de forma a reforçar que o gênero e a sexualidade são biológicos, que dependem um do outro para coexistir, que não se constroem socialmente, e que são ainda designados por deus, o que os tornariam ainda menos possível de serem modificados/transformados em sociedade. Esses setores, não só tem produzido outros discursos e discursividades, como também tem desenvolvido e ampliado uma ofensiva contra qualquer avanço legislativo em termos dos direitos das mulheres, LGBT e igualdade de gênero através da propagação de pânicos morais.

Miskolci (2007) ao analisar os debates em torno do casamento gay em sociedades contemporâneas utiliza o conceito de pânicos morais para compreender os mecanismos de controle e resistência das transformações da sociedade nos campos relacionados a gênero e sexualidade. Segundo ele, “pânicos morais emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras” (MISKOLCI, 2007, p. 103).

A partir da perspectiva de Rubin (1994) e Miskolci (2007) podemos afirmar que a noção de *Ideologia de Gênero*, ao longo dos anos, se tornou um dos principais modos de regulação da conduta sexual e da produção de gênero e sexualidades não-normativos, e um ativador do pânico moral, ou dos pânicos morais em torno das questões de gênero e sexualidade, das lutas feministas e dos direitos sexuais e reprodutivos e das pessoas LGBT. Como poderemos ver a seguir, no Brasil, como em outros lugares ao redor do mundo, o fenômeno da Ideologia de Gênero tem estabelecido um confronto de moralidades, que se traduz em disputas de modos de regulação moral (LUNA, 2017).

1.3 O fenômeno da Ideologia de Gênero e o combate aos direitos das mulheres e LGBT

No Brasil, segundo apontam Rabay e Carvalho (2015), especialmente nos contextos educacionais, gênero sempre foi tomado como sinônimo de sexo, ou reduzido a sexo a partir de uma generalização indevida que confunde sexo e gênero. Para provar seu argumento, as autoras se utilizam de diversos dados produzidos pelo sistema educacional brasileiro onde as questões de gênero estavam reduzidas, ou sendo interpretadas como sexo. Já para Matos (2008), mesmo em meio as incompreensões, gênero, enquanto instrumento de construção teórico-analítica, se localiza em posição bastante privilegiada, suficiente reconhecida e

destacada nas produções acadêmicas aqui do Brasil. Segundo a autora, é possível mapear diversos usos do conceito em estudos e pesquisas que se encontram vinculadas, ou flertam, com o campo dos estudos de gênero.

Entretanto, por mais que os estudos de gênero venham ganhando espaço na produção acadêmica, na arena política, os tencionamentos ainda se localizam naqueles discursos produzidos na década de 70, e no esforço em separar gênero de sexo. Ainda que haja disputas em torno do uso do conceito de gênero na teoria feminista, ou mesmo disputas em torno da forma como gênero e sexo foram tomados pelos estudos feministas, quando nos lançamos sobre aquilo que versa a Ideologia de Gênero, percebemos que, no contexto político e educacional atual, a nossa principal demanda é não compreender gênero como produto da biologia.

Se buscarmos na teoria feminista, encontraremos poucas construções teóricas e políticas que localize o conceito de gênero como uma “ideologia”. Gênero só foi formulado como conceito em meados da década de 40, e somente na década de 80 passou a ser utilizado como categoria de análise (SCOTT, 1990). Na perspectiva marxista, talvez até possamos localizar gênero como algo ideológico, já que, em certa medida, as construções teóricas em torno do conceito tinham e tem como objetivo a eliminação das formas de opressão à mulher, a destruição do sistema patriarcal e como consequência dos sistemas capitalistas, racistas e lgbtfóbicos.

Segundo afirma Junqueira (2017), a identificação de gênero como uma ideologia política não nasceu no campo dos estudos feministas, ao contrário disso, teve sua gênese entre os setores ultraconservadores da Igreja Católica, em especial em documentos da Cúria Romana dedicados ao tema. Seja sob o desígnio de Ideologia, ou às vezes de Teoria de Gênero, no singular, tal como reforça Junqueira (2017), esses sintagmas funcionam como rótulos políticos e não são conceitos científicos.

Junqueira (2017) afirma que desde 1990 e ao longo dos anos subsequentes, foram numerosos os esforços criativos do Vaticano e de seus documentos episcopais para encontrar expressões que melhor expressassem suas teorias sobre gênero, e que também funcionassem na mídia e na política para mobilizar as pessoas e agentes públicos contra os estudos de gênero e os direitos das mulheres e LGBT. Junqueira (2017) mapeia a existência de pelo menos 17 expressões, sendo elas:

Teoria do gender, ideologia de gender, ideologia da ausência de sexo, teoria subjetiva do gênero sexual, teoria do gênero queer, teoria do gênero radical, teoria feminista do gênero, teoria feminista radical, teoria feminista violenta, ideologia ultra feminista do gender, ideologia do lobby gay, ditadura do gender, genderismo, ou, simplesmente, gender (JUNQUEIRA, 2017).

Segundo Cornejo-Valle e Pichardo (2017) e Junqueira (2017) essa retórica, além de referir-se aos estudos sobre gênero, mulheres e feminismo, funciona como movimento de oposição às políticas públicas e direitos das mulheres e LGBT, a exemplo da legalização do aborto, criminalização da homofobia, legalização do casamento igualitário, reconhecimento das uniões homoparentais, e especialmente às políticas voltadas a superação das assimetrias de gênero na educação (JUNQUEIRA, 2017).

Esse movimento, ao tempo que invoca medidas que justifiquem a discriminação, utiliza-se do poder e visibilidade que sua retórica encontra no seio das igrejas católicas e neopentecostais para fazer afirmações homofóbicas, sexistas e contra os direitos das mulheres e minorias sexuais, especialmente os que se relacionam com temas de maior repercussão e mobilização social, como os já citados anteriormente (aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo, reconhecimento das identidades trans, adoção por casais do mesmo sexo, entre outros) (CORNEJO-VALLE, PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Existe uma série de discrepâncias no que tange a cronologia de *gestação* dos ataques ao gênero (enquanto construção teórica-conceitual) e aos direitos das pessoas LGBT. Entre as narrativas principais, predomina a versão de que os principais ataques ao gênero se deram no decorrer da IV Conferência Mundial das Mulheres em Pequim, havendo também quem identifique a Conferência do Cairo e a Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento do Rio de Janeiro se constituindo como o momento inicial (CORRÊA, 2018).

Furlani, (2016), Miskolci e Campana (2017), Cornejo-Valle e Pichardo (2017), Nara Luna (2017) e Junqueira (2017) apontam momentos distintos de produção dessa retórica, mas consensuam que foi no seio da Igreja Católica, especialmente em seus setores ultraconservadores que isso se produziu. Luna (2017) afirma que, historicamente, a Igreja Católica tem se constituído como um grupo de pressão, manifestando-se publicamente a respeito desses temas, em especial nos países europeus e latino-americanos.

Segundo Jimena Furlani (2016), em entrevista concedida ao site apublica, a noção de ideologia de gênero foi uma narrativa criada entre os movimentos conservadores da Igreja Católica, e nos movimentos pró-vida e pró-família. Junqueira (2017) localiza em 1994 a contraofensiva da Igreja em pró da naturalização da ordem sexual em reação as discussões ocorridas na Conferência Internacional sobre População, no Cairo, e na Conferência Mundial sobre as Mulheres, em Pequim. Miskolci e Campana (2017) afirmam que a noção de Ideologia de Gênero foi debatida durante a V Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano do Caribe (Celam) em 2007, e divulgada através do “Documento de Aparecida”.

Em uma seção que se propõe discutir a realidade que atravessa a religião, é visível, assim como destacam Miskolci e Campana (2017), a preocupação da Igreja com as demandas relacionadas a cidadania de pessoas homossexuais.

40. Entre os pressupostos que enfraquecem e menosprezam a vida familiar, encontramos a ideologia de gênero, segundo a qual cada um pode escolher sua orientação sexual, sem levar em consideração as diferenças dadas pela natureza humana. Isso tem provocado modificações legais que ferem gravemente a dignidade do matrimônio, o respeito ao direito à vida e a identidade da família (Celam, 2007, p.30).

Junqueira (2017) localiza a construção da narrativa sobre ideologia de gênero em duas produções bibliográficas: *The Gender-Agenda: redefining equality*, de Dale O’Leary, publicada em 1997, onde a autora tece críticas e constrói uma argumentação contra às *gender feminists*, e *L’Évangile face au désordre mondial*, do monsenhor Michel Schooyans, publicado em 1997 com parágrafo escrito por Joseph Ratzinger, prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, que segundo aponta Junqueira (2017), foi o primeiro a utilizar a expressão “ideologia de gênero”. Já nesse momento é possível perceber a construção de uma narrativa que distorce a produção teórica feminista, a exemplo do que fez a jornalista Dale O’Leary, líder da Coalizão das Mulheres pela Família, organização da direita católica norte-americana, que em 1995 elaborou um panfleto onde, a partir da distorção da noção de intersexualidade a partir de um artigo de Anna Fausto Sterling sobre (Fausto-Sterling, 1993), afirmava que as feministas *homossexuais* utilizavam o termo gênero para significar a existência de cinco gêneros (CORRÊA, 2018).

O termo Ideologia de Gênero também é usado pela primeira vez em um documento eclesial em 1998, em uma Conferência Episcopal realizada no Peru, que tinha como tema “A ideologia de gênero – seus perigos e alcances”, e em 2003 quando o “Pontifício Conselho para a Família” publica um dicionário de “termos ambíguos e discutidos sobre família, vida e questões éticas” onde o termo “Ideologia de Gênero” é definido como uma ideologia feminista que tem como objetivo a libertação das mulheres e tornar a heterossexualidade apenas mais uma prática sexual, entre várias (CORNEJO-VALLE, PICHARDO, 2017; JUNQUEIRA, 2017).

Furlani (2016), além de mencionar a publicação de Dale O’Leary, sinaliza a importância que o livro de Jorge Scala, *Ideologia de gênero: o gênero como ferramenta de poder*, de 2010, que no Brasil foi traduzido com o título de *Ideologia de gênero – o neototalitarismo e a morte da família*, teve para propagação dessas ideias na América Latina. Na abertura de seu livro, Scala (2010), afirma:

A assim chamada “teoria” (“enfoque”, “olhar”, etc.) de gênero é, na realidade uma ideologia. Provavelmente a ideologia mais radical da história, já que, se fosse imposta, destruiria o ser humano em seu núcleo mais íntimo e, multaneamente, acabaria com a sociedade (Scala, 2010, p. 11).

O Documento de Aparecida também estabelece uma agenda coletiva contra aquilo que se acreditar ser “ideologia de gênero”, afirmando a necessidade de que a defesa do conceito tradicional de família seja prioridade em suas lutas e campanhas. Para Furlani (2016), a retórica da ideologia de gênero tem como objetivo:

Propagar um pânico social e voltar as pessoas contra aos estudos de gênero e contra todas as políticas públicas voltadas para as mulheres e a população LGBT, sobretudo nas questões relacionadas aos chamados novos direitos humanos, por exemplo, no uso do nome social, no direito à identidade de gênero, na livre orientação sexual (FURLANI, 2016).

A Igreja Católica desenvolveu uma verdadeira ofensiva intelectual contra os avanços relacionados aos estudos e políticas de gênero. Uma série de pesquisas sobre teoria feminista foi realizada, resultando em diversas publicações que faziam uma interpretação católica das questões de gênero e sexualidade e dos direitos das mulheres e minorias sexuais. Entre os principais expoentes dessa literatura, destacam-se Marguerite Peeters, Gabriele Kuby, Francesco D'Agostina, Bispo Tony Anatrella, Mons. Michel Schooyans, Constance Miriano, Jorge Scala, o Cardeal Josef Ratzinger (depois conhecido como Bento XVI) e o monsenhor Alzamora Revoredo, que publica o texto “Gender Ideology” traduzido para várias línguas e principal influente das publicações posteriores. O termo ideologia é tomado no seu sentido marxista e utilizado de forma estratégica para denunciar o caráter ilusório do gênero como construção social (CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017).

Para Cornejo-Valle e Pichardo (2017) essa literatura confessional se constitui a partir de radicalismos religiosos comuns e questões-chaves providas de valores morais e cristãos. Não apenas são dadas novas interpretações a conceitos comuns da teoria feminista, como também é instituído um pânico moral que tem como elementos principais:

la exacerbación de la moral sexual como elemento central de la definición de la propia creencia y de la identidad grupal; el énfasis en la separación física y conceptual de los sexos; la infravaloración de la mujer; la visión de la propia doctrina como "una respuesta a la confusión de la identidad masculina y a la ansiedad derivada de la quiebra del dualismo de género"(CORNEJO-VALLE E PICHARDO, 2017, p. 6)

Esse pânico, e todas as questões relacionadas a retórica da Ideologia de Gênero alcançam seu ponto alto em dezembro de 2012, quando o então Papa Bento XVI concede a chancela papal para o uso do termo “Ideologia de Gênero” e legitima as agendas que se posicionavam contra os direitos das mulheres e LGBT, assim como a incorporação dessas

políticas nos sistemas de educação (JUNQUEIRA, 2017). Desse ponto em diante percebe-se a viralização em diversos países de um movimento transnacional antigenero, que entre outras coisas defende:

a “família natural”: representada como a “única natural”, fundada no matrimônio heterossexual e destinada à transmissão da vida, e apresentada como uma realidade sob constante ameaça e a ser protegida. Disso derivam tanto a ideia de que seria preciso garantir às crianças o direito de crescer em uma “família de verdade”, quanto a pressão sobre instâncias governamentais ou de representação política para interromper ou proibir a adoção de medidas noções supostamente inspiradas na “teoria/ideologia do gender”. (JUNQUEIRA, 2017, p. 232).

No universo da Ideologia de Gênero, os gêneros e sexualidades dissidentes e as políticas públicas que visam garantir direitos às mulheres e LGBT são então posicionados como um perigo a humanidade, a família e a religião cristã. Nessa ofensiva, pessoas trans, feministas, gays, lésbicas e bissexuais são construídas e caricaturadas como inimigas das pessoas de bem, diluem-se os significados de termos e palavras do universo feminista e LGBT, ameaças apocalípticas são invocadas como consequência dos avanços dos direitos dessas populações, e uma justificativa para lgbtfobia, machismo e misoginia é traçada como estratégia de defesa a esses avanços.

1.3.1 O cenário Brasileiro

A ofensiva contra as questões de Gênero e os Direitos das pessoas LGBT no Brasil teve seu momento inicial ainda em 2011, quando por pressão da bancada evangélica a presidenta Dilma Rousseff vetou o programa Escola Sem Homofobia se sustentando na afirmação de seu governo não realizaria “propaganda pelas opções sexuais” (IRINEU, 2014). Segundo Carvalho e Sívori (2017), os atores conservadores em ascensão no Congresso Nacional criaram uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre os materiais do programa. Na principal argumentação desenvolvida, alertava-se do perigo que a escola se tornasse um lugar de aliciamento para o homossexualismo e lesbianismo, e que crianças de 6 a 8 anos estavam sendo expostas a conteúdos pornográficos (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Desde o Programa Brasil Sem Homofobia que essa alternativa, de disseminação de um pânico moral/social, foi utilizada por esses setores ultraconservadores em suas articulações que demandavam a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o programa. A retórica utilizada articulava expressões patriarcalistas, homofóbicas e anti-esqueditas, em uma investida que buscava paralisar outras iniciativas que tinham como mote a defesa dos direitos LGBT (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Na avaliação feita por Carvalho e Sívori (2017), essa cruzada em volta do Programa Escola Sem Homofobia tornou-se uma grande oportunidade desses grupos se articularem e potencializarem seu capital político. Entre outros ganhos, conseguiram rebatizar o projeto de Kit Gay, que, desde então, ficou assim pejorativamente conhecido. Foi também nesse primeiro momento que nomes como o do então deputado Jair Bolsonaro (na época PP/RJ), Marco Feliciano (PSC/SP), e do Senador Magno Malta (PR/ES) ganharam visibilidade na grande mídia.

Segundo Vanessa Leite (2014), o fator preponderante na reação da Bancada Evangélica e dos setores conservadores das igrejas católicas e protestantes em torno do ESH estava no fato de que os materiais do programa admitiam a existência de adolescentes LGBT na escola, e mais do que isso, aceitavam e encorajavam a possibilidades de elas e elas assumirem as suas diversas identidades sexuais, apostando em uma afirmação positiva da bissexualidade, homossexualidade, lesbianidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência (LEITE, 2014).

A possibilidade de que o ESH, de alguma forma, colaborasse com a afirmação das identidades sexuais, a “saída do armário” e a vivência de sexualidades/gênero não normativos desestabilizou o projeto político heteronormativo que analogamente ecoa nas compreensões de sexo, gênero, família e sociedade das igrejas neopetencostais e católicas. Essa mesma desestabilização, ou medo dela, voltou à tona e se amplificou quando o Plano Nacional de Educação passou a ser discutido, e suas menções a gênero, sexualidade e diversidade foram amplamente contestadas sob a ótica da “*Ideologia de Gênero*”.

O primeiro grande debate sobre Ideologia de Gênero no Brasil se deu entre 2013 e 2014, quando a Lei nº 13.005, Marco do Plano Nacional de Educação (PNE), que regerá a política de educação até 2024 passou a ser discutido no Congresso Nacional e nas instâncias preparatórias (LIMA, 2015). Em um livro publicado em parceria pelas editoras do Senado e da Câmara dos Deputados, e organizado por suas consultoras legislativas na área de educação, Ana Valeska Amaral Gomes e Tatiana Feitosa de Britto, Britto (2015), assinala que a “promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual na educação” é apontada como uma das inovações controversas do texto, que devido à pressão de grupos religiosos, foi substituída por “promoção da equidade, da justiça social e da não discriminação de modo geral”.

Britto (2015) afirma que a diretriz sobre a superação das desigualdades de gênero e orientação sexual, foi um dos pontos mais polêmicos do plano, e que ocupou grande parte dos debates. O foco nas menções a gênero e sexualidade no PNE intensificou as discussões dentro e fora do Congresso Nacional, contribuindo diretamente para que, aqueles setores que se

manifestavam contra as questões sobre desigualdade de gênero e orientação sexual chegassem as escolas, utilizassem a noção de Ideologia de Gênero para se referir aos mais variados estudos nos campos do gênero e das sexualidades.

Esse confronto já vinha sendo instalado desde as instâncias preparatórias do PNE, em especial o Fórum Nacional de Educação foi palco de intensos conflitos sobre as menções a gênero, sexualidades e diversidades, que eram abordados no plano na perspectiva dos Direitos Humanos. O projeto original propunha em seu texto base a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” (NARDI et al. 2015, p. 8). A bancada religiosa conservadora conseguiu a supressão dos termos “igualdade racial, regional, de gênero e orientação sexual” que foram substituídos por “promoção da cidadania e erradicação de todas as formas de discriminação”.

Nesse momento, também é gestado o Projeto de Lei 1859/2015 do Deputado Izalci Lucas Ferreira (PSDB-DF) que propunha acrescentar na LDB um artigo que proíba a aplicação da ideologia de gênero ou orientação sexual na educação. O texto diz: “*A educação não desenvolverá políticas de ensino, nem adotará currículo escolar, disciplinas obrigatórias, ou mesmo de forma complementar ou facultativa, que tendam a aplicar a ideologia de gênero, o termo ‘gênero’ ou ‘orientação sexual’*” (NR). Segundo o autor do projeto e aqueles que o apoiavam, a proposição se baseava no artigo 226 da constituição que garante especial proteção do Estado à família (LUNA, 2017).

Outros dois projetos com iniciativas parecidas também foram propostos, o PL 3236 de autoria do Deputado e Pastor Marco Feliciano (PSC-SP) que pretendia acrescentar um parágrafo único ao PNE vedando a “promoção da ideologia de gênero por qualquer meio ou forma” (NR) e a “propagação da maléfica doutrina de gênero” (sic), e o Projeto de Decreto Legislativo 122/2015 (PDC 122/2015), de autoria do Deputado Flavinho (PSB-SP) que pretendia “sustar os efeitos da inclusão da ideologia de gênero no Documento Final do CONAE- 2014, assinado e apresentado pelo Fórum Nacional de Educação” (NR).

Esse embate que teve seu início na Câmara dos Deputados reverberou em uma avalanche de articulações em estados e municípios nos processos de construção dos planos estaduais e municipais. A principal estratégia utilizada por esse movimento foi o acionamento da categoria “*Ideologia de Gênero*”, um dispositivo mobilizador do pânico moral em função da suposta doutrinação feminista e gay das crianças (CARVALHO e SÍVORI, 2017).

Em 2014, quando o debate sobre a ideologia de gênero ainda estava incipiente no Brasil, algo parecido já havia acontecido em Salvador. O arcebispo da cidade, Dom Murilo S.R. Krieger (2014) publicou um texto no jornal baiano A Tarde, tanto na versão imprensa,

quanto digital, que apontava gênero como um programa e uma política de atuação que se arquitetava para impor um novo modelo familiar e destruir, aquilo que, ele define como “família legítima”.

O arcebispo reforçava em seu texto os argumentos sobre ideologia de gênero desenvolvido pelos setores ultraconservadores da Igreja Católica: que sexo e gênero são biológicos, que família é constituída de pai e mãe, e que deus – o cristão – fez a mulher para o homem. Dom Murilo S.R. Krieger (2014), tal quais outras autoridades da Igreja Católica ao redor do mundo, faz uma confusão terminológica e a partir de distorções semânticas tenta impor conotações negativas ao termo gênero com intuito de promover o pânico moral e incitar as pessoas contra os possíveis avanços no campo dos direitos das mulheres, das minorias sexuais e dos movimentos feministas e LGBT. Na época, em um texto resposta, publicado no portal Ibahia, os professores Leandro Colling, Felipe Fernandes e Silvia de Aquino (2014), indicavam que o “*combate à teoria de gênero*” era a mais recente estratégia utilizada pela Igreja Católica para fixar que as noções de gênero e sexualidade são reguladas pela natureza, e não construídas socialmente.

Como reflexo dessa investida operada por setores das igrejas católicas e neopentecostais, o termo “ideologia de gênero”, carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo do gênero e das sexualidades, para ensinar as crianças a serem gays e lésbicas, e passou a ser fortemente combatido nas escolas públicas, tendo como principal articulador o Movimento Escola Sem Partido (MESP).

O Movimento Escola Sem Partido é um movimento político criado em 2004 pelo Procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib, com a intenção de combater aquilo que eles denominam de “doutrinação ideológica” nas escolas e universidades brasileiras. Entre suas principais ações, o movimento disponibiliza em seu site três anteprojetos de lei, cada um deles destinado aos níveis federal, estadual e municipal, que preveem a regulamentação do que consideram “abuso da liberdade de ensinar”.

Entre outras questões relacionadas a liberdade de expressão do professor na sala de aula, o segundo artigo dos anteprojetos estadual e municipal prevê que:

o poder público não se imiscuirá na orientação sexual dos alunos nem permitirá que qualquer prática capaz de comprometer, precipitar ou direcionar o natural amadurecimento e desenvolvimento de sua personalidade, em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, sendo vedada, especialmente, a aplicação dos postulados da teoria ou ideologia de gênero (Programa Escola Sem Partido, s.d.)

Em um texto, publicado no blog escola sem partido por Rejane Soares (2016), identificada como psicóloga e psicanalista, é possível perceber o escopo da crítica feita pelo movimento à chamada Ideologia de Gênero:

Assim, é urgente o combate a ideologia de gênero que, com a noção de igualdade de gênero e o incentivo às relações homoparentais, coloca em risco as diferenças sexuais que possuem função estruturante no desenvolvimento psíquico da criança. O grande dano provocado pela ideologia de gênero consiste em subverter os papéis sociais atribuídos a cada sexo, que reafirmam e consolidam a identidade sexual. Esse dano vai muito além de um desvio dos desejos heterossexuais, de uma estética corporal ou até mesmo de uma revolução dos costumes. Ele chega, na verdade, às raízes de uma confusão mental deliberada (SOARES, 2016).

A pauta do MESP se alinha a da Igreja Católica, pois também se fundamenta na sacralização da família, como espaço intocável, com valores próprios, que não devem sofrer interferências do estado, assim como não devem ter seus valores debatidos em espaços públicos. Para eles, a construção moral e social de homens e mulheres não devem ser reinventadas, muito menos deve ser objeto de discussão na escola, já que a organização daquilo que é específico de homem e de mulher deve ser orientada pela família a partir de suas convicções morais, políticas, religiosas e ideológicas.

Em boa parte das críticas que são formuladas, ao que eles mesmos denominaram como Ideologia de Gênero é perceptível um apego a biologia, e a correspondência entre sexo, gênero e desejo. Para os críticos a inserção desse debate na escola, gênero não é compreendido como uma construção social, mas sim, como algo determinado pelo sexo e em alguns casos, determinado por alguma força divina, que traça o destino do indivíduo a partir de sua genitália. Da mesma forma, a sexualidade é compreendida como algo privado, que diz respeito somente ao indivíduo e suas famílias, não devendo assim ser motivo de debates ou discussões em espaços públicos. Como podemos ver na afirmação feita por Jeferson Viana (2015), no blog Instituto Liberal, em um texto publicado em 18 de Junho de 2015:

Não podemos deixar que o Estado tente definir o que é melhor para os nossos filhos em matéria de educação. É tarefa e direito dos próprios pais definir como esse tema será abordado e tratado nas famílias. Se os Planos Municipais de Educação forem aprovados tal como estão sendo propostos, os pais e mães brasileiros se tornarão reféns das agendas defendidas pelo governo, que, como já vimos anteriormente e como já ocorre em diversos lugares do país, distribui materiais “didáticos” que visam corromper precocemente as crianças brasileiras (VIANA, 2015).

Felipe Aquino (2014), Doutor em Engenharia Mecânica pela UNESP e atualmente professor da Escola de Engenharia da USP, em um vídeo publicado pelo canal ‘Editora Cléofas’, define a Ideologia de Gênero como um movimento muito perigoso, anti-católico e antinatural, afirmando que todos os indivíduos, ou nascem homens ou mulheres, sem

possibilidades de transgressão ou contornos. Diversos outros religiosos coadunam com esse argumento, e em uma rápida pesquisa na internet é possível encontrar textos e vídeos das mais diversas denominações religiosas, com críticas à noção de gênero como construção social e o reforço da sexualidade e do gênero como algo biologicamente definido.

Em um áudio publicado em seu blog pessoal, um religioso identificado como Padre Paulo Ricardo (2015), afirma que a Ideologia de Gênero é uma fábrica de perversos, que condicionaria as crianças ao erro de serem ensinadas a ser homossexuais e lésbicas. Assim como ele, o Arcebispo de Juiz de Fora, Dom Gil Antônio Moreira (2017), também reafirma a ordem natural da sexualidade e do gênero, e posiciona a contrariedade a ideologia de gênero, como uma deformação psicológica:

Por natureza, os seres vivos são criados machos e fêmeas, e isso não é apenas um acaso, mas a ordem natural que possibilita a procriação e a harmonia entre os seres vivos. A natureza já nos dá certas determinações, e isto não pode ser simplesmente desprezado ou encarado como uma agressão da mesma. Há coisas que devem ser recebidas como um dom e não como imposição. Seria uma deformação psicológica ver em tudo opressão (MOREIRA, 2017).

Essa compreensão, de que existe uma ordem natural para os gêneros e as sexualidades acabou se fortalecendo nos debates dos planos estaduais e municipais de educação. Nos últimos dois anos, diversos estados e municípios viveram momentos de confrontos e tensões com a aprovação de seus planos, e mesmo com a resistência dos movimentos feministas e LGBT. Tanto o Plano Nacional de Educação quanto boa parte dos planos municipais e estaduais, foram aprovados sem nenhuma menção as desigualdades de gênero e orientação sexual.

Um dos mais recentes desdobramentos desse movimento no Brasil se deu em torno da aprovação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC. Diferente do PNE, que estabeleceu as metas para a educação no decênio 2014-2014, a BNCC tem como objetivo ser um documento norteador das habilidades e competências que deverão ser alcançadas pelos estudantes o findar o ciclo básico. Em sua concepção, proposta pelo PNE em 2014, a base deveria ser um documento construído coletivamente e que contemplasse os mais variados interesses dos atores que compõe o campo educacional. Entretanto, o processo que culminou na aprovação da BNCC em dezembro de 2017 foi marcado por uma verticalização das decisões, a exemplo do que aconteceu com as questões de gênero e sexualidade, que foram removidas do documento pelo CNE por orientações do MEC.

As remoções se deram em especial nos componentes curriculares de Educação Física e Artes, em objetos do conhecimento que se propunham a “problematizar as questões de

gênero, corpo e sexualidade” e “discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres, homossexuais, camponeses, pobres etc.)”. Um dos pontos que gerou maior controvérsia foi o que justamente, estabelecia “corpo, gênero e sexualidade nas tradições religiosas” como objeto de conhecimento de Ensino Religioso, onde deveria ser discutido “as distintas concepções de gênero e sexualidade segundo diferentes tradições religiosas e filosofias de vida” Os embates em torno dessas questões foram os mesmos aqui já descritos no contexto da ESH e no PNE. Essa repetição das acusações e argumentações não é aleatória. Segundo Luna (2017), a repetição literal dos argumentos, revela, na verdade, a articulação desses atores mobilizados contra as questões de gênero e sexualidade.

Assim como no ESH e no PNE, todas as menções a gênero e orientação sexual foram removidas da versão final da Base, especialmente, devido ao empenho da bancada evangélica no congresso, da CNBB, e de figuras, que ficaram conhecidas do público, justamente após a visibilidade desse debate, a exemplo do senador Magno Malta, autor do projeto Escola Sem Partido, os deputados Jair Bolsonaro e Marco Feliciano, os pastores Silas Malafaia e Damares Alves, e a psicóloga Marisa Lobo.

Essas figuras, somadas a outras tantas nem tão famosas, foram as responsáveis por propagar as noções de que a ideologia de gênero negava a biologia, destruiria as famílias, anteciparia a vida sexual dos adolescentes, e extinguiria as categorias de menino, menina, homem e mulher, quando na verdade, o plano nacional de educação, em seu texto original, propunha apenas a promoção da igualdade de gênero e da orientação sexual na educação e a superação das desigualdades de gênero e orientação sexual.

O Movimento Escola Sem Partido e os setores conservadores da Assembleia Legislativa e igrejas cristãs, em especial a Católica, defendem uma suposta neutralidade do currículo escolar, que perpassaria a eliminação de termos como “gênero” e “orientação sexual” não apenas dos documentos oficiais que organizam a educação, mas até mesmo do vocabulário escolar, especialmente dos professores e professoras, que passaram a ser vigiados e a sofrer sanções morais e linchamentos virtuais quando abordam esses temas.

Outro aspecto dessa ofensiva, que tomou a escola como campo principal de atuação, se deu no contexto da resolução 12, de 16 de Janeiro de 2015, que

Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.

Luna (2017), em pesquisa realizada a partir de levantamento de proposições legislativas e de discursos usando o mecanismo de busca do portal da Câmara, mapeou que as reações contra a resolução 12, entre outras questões, evocavam os argumentos contidos na retórica da Ideologia de Gênero, e foram, majoritariamente, formuladas por parlamentares com vínculo religioso. Os questionamentos em torno da resolução remontam as argumentações já citadas anteriormente, calcadas na defesa da família, na impossibilidade de adolescentes *decidirem* sua identidade de gênero, e na ideia de que assim, as escolas estariam promovendo a homossexualidade e os desvios de gênero e sexualidade.

A retórica da Ideologia de Gênero é mais uma vez acionada e a resolução (e em consequência a Secretaria de Direitos Humanos) são acusadas de “impor a ideologia do gênero em flagrante desrespeito ao Congresso Nacional num malabarismo antidemocrático” (LUNA, 2017, p.22) além de constranger “a norma dos bons costumes ao permitir que, pessoas que digam que sua identidade de gênero é diferente de seus cromossomos, possam usar os mesmos banheiros que as demais pessoas”² (LUNA, 2017, p.22).

Para esses setores religiosos e conservadores, as noções de gênero só são ideológicas, porque contrariam o modelo biologicista e naturalista, que impõe aos sujeitos um gênero e uma sexualidade a partir da materialidade de seus sexos, e da necessidade de que se haja uma correspondência entre sexo, gênero e desejo. Além disso, esses setores desconsideram ainda o caráter ideológico e político do pânico social que criaram em torno dos estudos de gênero e sexualidade e dos direitos políticos de mulheres e LGBT, através de argumentos equivocados, falsos e atos de má-fé e desonestidade intelectual.

Por mais que esses desdobramentos sejam recentes, a perseguição às questões de gênero e os embates entorno dos direitos das mulheres e pessoas LGBT tem longa história no Brasil. Segundo Irineu (2014), o período da Constituinte marcou as primeiras tentativas de diálogo entre o movimento gay e o poder legislativo. O movimento, que buscava a inserção do termo “discriminação por orientação sexual” no artigo 5º da constituição, sofreu forte oposição da bancada religiosa, sendo posteriormente vetado no plenário geral. Na época, o deputado Salatiel Carvalho, em discurso na Câmara sobre essa questão afirmou:

os evangélicos não querem que os homossexuais tenham igualdade de direitos porque a maioria da sociedade não quer [...] os direitos que eles [homossexuais] entendem como seus podem ser prejudiciais à formação da própria família, podem ser prejudiciais, inclusive, à formação e à educação (CÂMARA, 2000, p. 129).

² Os trechos da citação do artigo de Nara Luna (2017) são de autoria do deputado e pastor Marco Feliciano (PSC-SP) da Assembleia de Deus, e podem ser verificados na PDC 16/2015.

O discurso de Salatiel Carvalho traduz a compreensão dessa perspectiva que marginaliza os direitos e a cidadania das pessoas LGBT, obliterando as suas reivindicações em função da defesa de um modelo de sujeito heterossexual e de um padrão familiar que se pretende único e legítimo. É em nome dessa família heterossexual e em defesa do modelo heteronormativo que são disseminados os pânicos morais para mobilização da opinião pública contra a diversidade de expressão da liberdade sexual (LUNA, 2017).

Os embates em torno dos direitos e cidadania de pessoas LGBT foram inúmeros nos últimos anos, estando quase sempre vinculados ao campo das políticas públicas, circunscrevendo-se, especialmente, em reivindicações nas áreas da saúde e educação, pelo reconhecimento da diferença e pelas liberdades e autonomia civis. Em alguma medida, a cidadania e os direitos das pessoas LGBT sempre estiveram incompletos, seja pelas resistências impostas pelos setores conservadores, a exemplo do que vem acontecendo nos embates entorno da ideologia de gênero, seja pela apropriação da cidadania e de direitos LGBT pelo neoliberalismo, que substanciou e deu outros contornos para esse debate.

1.4 Capitalismo Gay, Neoliberalismo Queer e a visibilidade as questões LGBT no Brasil

Estaríamos nos enganando caso pensássemos que a visibilidade que as questões LGBT ganharam na mídia atualmente, e em consequência a sua entrada na pauta dos debates sociais e políticos sobre direitos e cidadania LGBT (seja no congresso nacional ou nas redes sociais) relacionar-se-iam somente com os esforços dos movimentos feministas e LGBT. Essa visibilidade tem também se dado devido o investimento que o neoliberalismo, ou, nas palavras de Bourcier (2015) ou multiliberalismo tem feito em um mercado/capital gay.

Segundo Bourcier (2015), no século XXI assistimos a economização dos corpos homossexuais e a produção de um novo sujeito do multiculturalismo neoliberal, que passa também a ser a mulher heterossexualmente liberada, o homossexual livre de se casar e o bom étnico. Os principais ganhos do movimento LGBT foram restringidos a agenda heteronormativa, que segundo expressa Peter Drucker (2015)³, está fortemente ligada ao neoliberalismo. Nesse contexto já não se pede mais ao homossexual (branco) para abandonar a sua homossexualidade, curá-la, ou escondê-la em armários, mas para ser o homossexual bom, aquele que reproduz e atualiza a heteronormatividade, se casa, se reproduz, monta

³

família homoparentais, adota, entre outras ações que funcionam como uma autorização da coerência entre as “normalidades diferenciais” (LAZZARATTO, 2011, p. 23).

Segundo Drucker (2015), entre os traços mais comuns desse processo, que no contexto neoliberal pode ser chamado de *homonormatividade*, estão: “*a autodefinição da comunidade lésbica/gay como uma minoria estável, o aumento da conformidade de gênero, a marginalização das pessoas trans, a maior integração à nação e a formação de famílias lésbicas/gays normalizadas*” (DRUCKER, 2015, p. 199).

Segundo Duggan (2002), a homonormatividade pode ser compreendida como uma política sexual do neoliberalismo que “*não contesta os pressupostos heteronormativos dominantes nem instituições, mas os sustenta e apoia enquanto promete a possibilidade de um eleitorado gay desmobilizado e privatizado, uma cultura gay despolitizada, ancorada em domesticidade e consumo*” (DUGGAN, 2002, p. 179).

A visibilidade e a liberdade das pessoas LGBT, em especial dos homens gays brancos, está estreitamente atrelada ao capital financeiro que dá acesso aos bens materiais e simbólicos da cena gay mainstream, fortemente comercializada nos dias atuais. Em nome dessa suposta aceitabilidade, esse grupo dos homens gays brancos de classe média alta, com raras exceções algumas mulheres lésbicas brancas, se circunscreveram ao neoliberalismo e a normalidade gay, reforçando as instituições heteronormativas dominantes e a mentalidade que as apoia e sustenta (DRUCKER, 2015).

Um dos aspectos que sustentam essa afirmação está justamente na defesa de uma correlação entre sexualidade e identidade de gênero. A figura do homem gay que passa a ser sujeito de direito e que tem a garantia de acesso a direitos básicos é aquela que corresponde gênero e identidade de gênero, e que não promove quaisquer desestabilidades. São esses sujeitos que tem acesso as principais mudanças sociais e culturais promovidas por essa associação entre o neoliberalismo e o movimento LGBT, que vai desde a representação pela mídia até as novas formas de cidadania.

Para Brown (2013) o liberalismo queer assimilou a homossexualidade e fez da homonormatividade uma política sexual que reposicionou no centro as vidas dos homens gays brancos privilegiados, e ao tempo que reforça o casal amoroso e a vida afetivo sexual heteronormativa como regra, marginaliza aqueles e aquelas que possuem identidades de gênero e estilos de vida *queer*.

Ao tempo que a sexualidade passa a ser cooptada pelo neoliberalismo como “normal” “natural”, as incoformidades de gênero passam a ser patologizadas e esses homens e mulheres aceitos socialmente se distanciam e afastam tudo e todos que se aproximem de um gênero

desestabilizado, e que prejudique a sua identidade de bom homossexual. Esse processo tem constituído uma demarcação de quem são os bons LGBT ao tempo que marginaliza aquelas que possuem identidades fora da norma, a exemplo das pessoas trans, travestis, as bichas pretas e afeminadas.

A mídia, a TV, as campanhas publicitárias, investiram nessa ideia do “bom homossexual”, que leva uma vida comum como de qualquer outro heterossexual, e que assim como qualquer outro heterossexual deseja se casar, constituir família, filhos. A representação de LGBT na TV brasileira, em seu principal produto, as telenovelas, passa por esse mesmo processo, a figura do gay afeminado, cabelereiro, melhor amigo de alguma mulher rica, é substituída por gays normativos, em suma maioria brancos, que tem como principal mote a aceitação familiar e do seu entorno.

Em uma pesquisa realizada por Colling (2007) sobre a representação de homossexuais nas telenovelas da Rede Globo no período compreendido entre 1974 e 2007, verificou-se que a emissora, inicialmente, associou a homossexualidade com a criminalidade, em seguida optou pela caracterização de personagens estereotipados da “bicha louca”, afeminada, e nos últimos anos passou a representar os personagens gays e lésbicas dentro do modelo heteronormativo. Segundo Colling (2007), os personagens gays e lésbicas que não são caricatos, são, quase todos, brancos, bem-sucedidos financeiramente, e preenchem estereótipo de beleza e maculidade/feminilidade vigente.

Dois exemplos recentes desse fenômeno são os casais Félix e Niko da novela *Amor à Vida* e Clara e Marina da novela *Em Família* da Rede Globo de Televisão, que, respectivamente protagonizaram o primeiro beijo gay e lésbico das telenovelas globais no horário nobre. Segundo nos informam Henn e Machado (2015), nas duas telenovelas, que foram ao ar entre 2013 e 2014, as narrativas teledramatúrgicas das personagens promoveram intensos debates em sites de redes sociais, e foram bem aceitas por grande parte do público, sendo inclusive utilizadas como mote para o combate as violências materiais e simbólicas que acometem a população LGBT. Entretanto, as personagens de Clara, Marina, Félix e Niko, enquanto sujeitos, estão localizadas de maneira restrita no que tange as identidades de gênero e sexualidade: os quatro são brancos, de classe média/alta, com relações estáveis e monogâmicas, e com performatividades de gênero enquadradas na norma (HENN e MACHADO, 2015).

Dessa forma, as narrativas dramatúrgicas contribuem para criação de novas exclusões, ao tempo que projetam modelos hegemônicos de pessoas Gays e Lésbicas que se enquadram as expectativas do neoliberalismo, delimitando os desejos e práticas que são possíveis e

aceitáveis dentro e fora da norma, contribuindo assim, em consequência, para a manutenção da estrutura heteronormativa e a exclusão dos corpos e pessoas que não se enquadram nessas expectativas. O que desponta como um avanço progressista na aceitação de pessoas LGBT, acaba se configurando como uma assimilação por parte da norma, um modelo de restrição dos sujeitos a específicas formas de vivência toleráveis e inteligíveis, fazendo com que alguns corpos – aqueles que não alcançam essas novas normas/expectativas – sejam relegados à exclusão.

O casamento entre pessoas do mesmo sexo, assim como a adoção por casais homoparentais, mesmo sendo uma demanda legal e de direito a pessoas LGBT – que no Brasil, por exemplo, ainda sofre forte contestação – pode ser configurada dentro desse mesmo escopo, pois tem sido estimulada não só em nome da diversidade, mas também a fim de integrar as pessoas gays a ordem produtiva e reprodutiva do capitalismo.

Jasbir Puar (2016) tem discutido como o *Homonacionalismo* instrumentaliza os direitos LGBT tornando-os parte da ideologia imperialista e antimuçulmanas. Segundo a autora o *homonacionalismo* é

uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações. (PUAR, 2016, p. 299).

O homonacionalismo se constitui como um mosaico de forças que, ao tempo que atua na promoção dos direitos e cidadania LGBT, reconhecendo o potencial legal, representativo e consumidor desses sujeitos, restringe os direitos do *outro racial*, em especial dos imigrantes muçulmanos. Puar (2016) não pensa o homonacionalismo como uma identidade ou posicionamento, mas sim como um campo de poder que se orchestra de modo a utilizar a cidadania e os direitos LGBT como ação direta do projeto neoliberal, ao tempo que esconde o racismo, restringe políticas sociais e promove outras desigualdades.

Nesse sentido, não são todas as pessoas LGBT que acessam os direitos e modelos de cidadania defendidos nesses contextos, mas somente aquelas que possuem em suas identidades as marcas do perfil de sujeito hegemônico. Essa política desemboca na construção de normatividades outras, que eventualmente tem sido chamada de homonormatividade – que seria a normatização das identidades, performances e comportamentos da comunidade LGBT, em especial das pessoas gays.

Na perspectiva de Irineu (2014) essa política faz com que algumas pessoas da comunidade LGBT passassem a ter acesso ao aparelho, serviços e equipamentos do estado, à

polícia e aos poderes de punição e execução, enquanto que, outros sujeitos da comunidade LGBT continuam não podendo acessar essas forças. Intensificando ainda mais essa compreensão, Irineu (2014) afirma que, em alguns contextos, a cidadania de pessoas LGBT está atrelada á cooperação com o estado para punir, excluir e até matar outros sujeitos, em especial aqueles racializados e que mais se distanciam das identidades heterossexistas. Nesse sentido, a cidadania LGBT acaba se configurando como uma estratégia de “*normalização democrática*” (IRINEU, 2014).

O Carnaval de Salvador é bom exemplo disso, de como a associação entre a comunidade LGBT e o mercado neoliberal tem imposto um novo modo de inclusão que opera de forma racializada e classista, deixando de fora as gays pretas e pobres, e as pessoas trans indiscriminadamente. Em 2016, o grupo San Sebastian lançou a sua plataforma de venda para blocos de carnaval. Por ser uma boate gay, a maior de Salvador na época e nos dias atuais, o grupo atraiu olhares de parte da comunidade LGBT, que passou a enxergar naqueles blocos comercializados em sua plataforma, um local seguro para curtir o carnaval, espaço, assim como tantos outros, marcado pela violência lgbtfóbica (BORGES, 2019).

De lá pra cá, o grupo San Sebastian ganhou visibilidade nacional, sendo o principal responsável pelas vendas de blocos das cantoras Alinne Rosa, Cláudia Leitte, Daniela Mercury e Ivete Sangalo, conhecidas atualmente como “Divas Gays”, e supostas apoiadoras do movimento LGBT. Nesse ano de 2019, o grupo San Sebastian esgotou sete dos nove blocos que comercializava, tendo como principal público homens gays brancos malhados do Sul e Sudeste do país. Segundo informado pelos empresários, em matéria publicada no Correio da Bahia, 80% das vendas dos blocos foram para pessoas de fora da Bahia, sendo o grupo um dos responsáveis fundamentais pelo turismo local.

Desde 2016, o carnaval de Salvador começou a ser conhecido como um “Carnaval LGBT”. A expressão, e suas variantes, de que “no carnaval de Salvador só tem viado e sapatão” ganhou as ruas. A prefeitura, a rede hoteleira e diversas empresas privadas se fantasiaram de Gay-friendly, um camarote de uma grande marca de cervejaria chegou a ter um dia dedicado ao público LGBT durante a festa. Entretanto, o que pouco foi explorado é: “quais são os gays e as sapatões que acessam os espaços privilegiados para população LGBT no Carnaval?”. Em alguma medida, podemos dizer que temos em Salvador um carnaval homonacioalista, e um público LGBT que se circunscreve ao neoliberalismo para ter os mesmos privilégios que os brancos heterossexuais sempre desfrutaram, sem que o racismo, o classismo, e outras opressões da estrutura neoliberal sejam desmontadas. Entretanto, a

máxima de que o “Carnaval de Salvador virou uma parada LGBT” é socialmente reconhecida e reproduzida.

Os corpos que esbanjam a diversidade do neoliberalismo Gay-friendly são aqueles mesmos que a estrutura neoliberal já está acostumada, apenas com algumas raras exceções. Para Drucker (2015) as *“pessoas com os corpos errados, com as roupas erradas, com as práticas sexuais erradas, com o gênero errado ou com a cor da pele errada são vistas como ruins para o marketing e são frequentemente excluídas”* (DRUCKER, 2015, p. 203).

Se no campo das políticas e dos direitos LGBT o neoliberalismo e a política homonacionalista tem promovido e intensificado a opressão à pessoas LGBT que não se enquadram dentro da normalidade de gênero, raça e classe, por outro lado, ela expôs um sujeito que, em alguma medida, é alguém que reivindica direitos. Weeks (2007) consegue captar muito bem essas transformações, que em grande medida aconteceram nas vidas dos gays e lésbicas, em especial brancos:

O que parecia impensável trinta anos atrás, impossível há vinte, improvável há dez, (pelo menos na Inglaterra conhecida por sua letargia) é agora corrente. Somente com a vociferação dos religiosos evangélicos e as piadas ocasionais sobre quem lava a louça e usa as calças, para nos lembrar de uma época anterior onde o casamento heterossexual era a única forma sancionada de sexualidade e respeitabilidade e onde os homossexuais eram 'os homens mais perniciosos da Inglaterra'. (WEEKS, 2007, p. 2-3).

O ponto que quero chegar aqui é que, por mais que os direitos LGBT, em especial aqueles que se distanciam da normalização, subvertem o gênero, embaralham as fronteiras sexuais e promovem uma política antirracista, ainda estejam longe de serem alcançados, por mais que o Brasil seja o país que mais mata pessoas LGBT no mundo, a associação entre neoliberalismo e questões LGBT, em especial aquelas do universo Gay, foram responsável por visibilizar as identidades Gays e Lésbicas, seja através dos beijos gays em novelas da rede globo, ou da aprovação da união estável e da adoção entre casais do mesmo sexo.

Essa visibilidade, mesmo que mínima, mesmo que normalizada pelas exigências do neoliberalismo, atraiu olhares dos setores mais conservadores da sociedade, aqueles para qual nossa existência não deve ser possível nem dentro da norma, àqueles que a nossa existência deveria continuar condicionada ao armário e a cidadania de segunda classe. Essa visibilidade atraiu esses olhares, e tem contribuindo com a perseguição dos estudos de gênero, e das pessoas LGBT em geral, em especial aquelas que nunca saíram da condição de subalternidade, nem possuem o capital material e simbólico para ser aceito pelo neoliberalismo Gay-friendly.

9 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Julião Gonçalves. Lutas por reconhecimento, desrespeito e universidade: a atuação dos coletivos universitários de diversidade sexual para o enfrentamento à homofobia institucional. *Revista Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, p. 229-262, 2013.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa*. 2012. 279f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2012.

AQUINO, Felipe. Você já ouviu falar em Ideologia de gênero? 2014. Disponível em: <<http://cleofas.com.br/voce-ja-ouviu-falar-em-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

BOURCIER, Sam/Marie Hélène. Sexo e neoliberalismo. In: BENTO, Berenice; FÉLIX-SILVA, Antônio Vladimir (Org.). *Desfazendo gênero I: subjetividades, cidadania, transfeminismos*. Natal: Edufrn, 2015. p. 25-49.

BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 4, n. 1, p. 125-138, 2012.

BROWN, Gavin. Pensando Além da Homonormatividade: Explorações Performativas de Economias Gays Diversificadas. *Revista Latino-americana de Geografia e Gênero*, v. 4, n. 1, p. 125-138, 2012.

BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

CÂMARA, C. *Cidadania e orientação sexual: a trajetória do grupo Triângulo Rosa*. Rio de Janeiro: Academia Avançada. 2000.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORI, Horacio Federico. Conservadorismo religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. *cadernos pagu*, n. 50, 2018.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa; RABAY, Glória. Usos e Incompreensões do Conceito de Gênero no Discurso Educacional do Brasil. *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1.

COLLING, Leandro. Personagens homossexuais nas telenovelas da Rede Globo: criminosos, afetados e heterossexualizados. *Revista Gênero*, v. 8, n. 1, p. 207, 2007

COLLING, Leandro; FERNANDES, Felipe; AQUINO, Silvia de. A “teoria de gênero” nada inocente de Dom Murilo. 2014. Disponível em: <<http://blogs.ibahia.com/a/blogs/sexualidade/2014/09/19/a-“teoria-de-genero”-nada-inocente-de-dom-murilo/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

CONSEJO EPISCOPAL LATINOAMERICANO (Celam). Documento conclusivo (Documento da Aparecida). Bogotá: Centro de Publicaciones del Celam, 2007.

CORNEJO-VALLE, Mónica; PICHARDO, J. Ignacio. La “ideología de género” frente a los derechos sexuales y reproductivos. El escenario español. *cadernos pagu*, v. 50, p. 175009, 2017.

CORREIA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. cadernos pagu, n. 53, 2018

COULON, Alain. A condição de estudante: a entrada na vida universitária. Salvador, EDUFBA, 2008.

Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? / Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.] – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

DRUCKER, Peter. A normalidade gay e a transformação queer. Cadernos Cemarx, n. 10, 2018

DUGGAN, Lisa. The newhomonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana. Materialising Democracy: Towards a Revitalized Cultural Politics. Durham, NC: Duke University Press, 2002, p. 175 – 194

FOUCAULT, Michel. História da sexualidade. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FURLANI, Jimena. Existe “ideologia de gênero”? 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

GIVIGI, Ana Cristina Nascimento. OLIVEIRA, Camila Silva de. Aquenda! Universidade: o Recôncavo baiano sai do armário. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, et al. O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade. p. 13 – 29, 2013

GOMES, Ana Valeska Amaral; BRITTO, Tatiana Feitosa de. Plano Nacional de Educação: construção e perspectivas. Brasília: Senado Federal, Edições Técnicas: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

HARDING, Sandra. “Strong objectivity and socially situated Knowledge”. In: HARDING, Sandra. Whose Science? Whose knowledge? New York: Cornell University Press, 1991.

HARSTOCK, Nancy. “The Feminist Standpoint: developing the ground for a specifically feminist historical materialism”. IN: S. Harding (ed.), *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp.: 157-180.

HENN, Ronaldo Cesar; MACHADO, Felipe Viero. Mas... E o beijo das travestis? De Feliko e Clarina, dos sentidos produzidos em rede e de quem pode (e como pode) beijar no horário nobre//But... What about the transvestite kiss? From Feliko e Clarina, from de senses produced in network and.. Contemporânea, v. 13, n. 2, p. 366-381, 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil. Revista Em Pauta, v. 12, n. 34, 2014

JESUS, Jaqueline Gomes de. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Revisão de conteúdo: Berenice Bento, Luiz Mott, Paula Sandrine. Brasília, 2012

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Ideologia de Gênero”: A invenção de uma categoria polêmica contra os direitos sexuais. In: RAMOS, Marcelo Maciel; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá; ALKMIN, Gabriela Campos. Gênero, Sexualidade e direitos Humanos: Perspectivas Multidisciplinares. 1. ed. Belo Horizonte: Initia Via, 2017. cap. 15, p. 221-236. Disponível em:

<https://www.academia.edu/36658311/G%C3%AAnero_Sexualidade_e_Direitos_Humanos%CB%90_Perspectivas_Multidisciplinares>. Acesso em: 17 out. 2018.

KRIEGER, Dom Murilo S.r.. A Teoria de Gênero. 2014. Disponível em: <<http://atarde.uol.com.br/opiniao/noticias/a-teoria-do-genero-1623793>>. Acesso em: 18 set. 2017.

LEITE, Vanessa. “Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

LOURO. Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação. Petropólis: Vozes, 2003.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. Cadernos Pagu, v. 50, 2017.

MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa crítica e multirreferencial nas ciências humanas e na educação. Salvador: EDUFBA, 2000.

MACEDO, Roberto Sidnei. A etnopesquisa implicada: pertencimento, criação de saberes e afirmação. Brasília: Liber Livro, 2012.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. cadernos pagu (28), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2007, pp.101-128.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de gênero”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado, v. 32, n. 3, p. 725-747, 2017.

MOORE, Henrietta et al. Understanding sex and gender. Companion encyclopedia of anthropology. London: Routledge, p. 813-30, 1994.

MOREIRA, Dom Gil Antônio. Outra vez ideologia de gênero. 2017. Disponível em: <<http://cnbb.net.br/outra-vez-ideologia-de-genero/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

NARDI, Henrique Caetano et al. Diversidade sexual e relações de gênero nas políticas públicas: o que a laicidade tem a ver com isso? / Henrique Caetano Nardi; Paula Sandrine Machado e Raquel da Silva Silveira [orgs.] – Porto Alegre: Deriva/ Abrapso, 2015.

NARDI, Henrique Caetano et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. Revista Teoria & Sociedade, 2013.

PRADO, Marco Aurélio Maximo; JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia, hierarquização e humilhação social. Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 51-72, 2011.

Programa Escola Sem Partido. Sem desenvolvedor identificado, s.d. Apresenta anteprojetos de lei elaborados pelo Movimento Escola Sem Partido. Disponível em:<<http://programaescolasempartido.org>>. Acesso em: set. 2016.

PUAR, Jasbir K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. Revista Lusófona de Estudos Culturais, v. 3, n. 1, p. 297-318, 2016.

RICARDO, Paulo. A Ideologia de Gênero e o estado totalitário. 2015. Disponível em: <<https://padrepauloricardo.org/episodios/a-ideologia-de-genero-e-o-estado-totalitariom>>. Acesso em: 22 ago. 2016.

RUBIN, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a economia política do sexo. Recife: SOS Corpo, 1993. [RUBIN, Gayle. "The Traffic in Women: Notes on the 'political economy' of sex." In: R. Reiter (ed.), *Toward an Anthropology of Women*, New York: Monthly Review Press, 1975, p.:157-210]

RUBIN, Gayle. *Pensando o Sexo: Notas para uma Teoria Radical das Políticas da Sexualidade*. Tradução de Felipe Bruno Martins Fernandes e revisão de Miriam Pillar Grossi. Do original RUBIN, G. *Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality* [1984]. In: ABELOVE, Henry; BARALE, Michèle e HALPERIN, David. (eds.) *The Lesbian and Gay Studies Reader*. Nova York, Routledge, 1994.

SANTOS, Dyane Brito Reis. Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa. Tese de doutorado. 2009

SCALA, Jorge. *La ideología de género. O el género como herramienta de poder*. Madrid: Sekotia, 2010.

SCOTT, Joan Wallach. "Gênero: Uma Categoria Útil para a Análise Histórica." *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, jul-dez., 1990, p. 5-22.

SMITH, Dorothy. "A perspectiva das mulheres como uma crítica radical à sociologia. Mimeo. ("Women's Perspective as a Radical Critique of Sociology", IN: S. Harding (ed.). *Feminism & Methodology*. Bloomington, Indiana: Indiana: Open University Press, 1987, pp.: 84-96. Tradução de Maurício, revisão de Cecilia M. B. Sardenberg.)

SOARES, Rejane. Porque os pais devem dizer NÃO à ideologia de gênero. 2016. Disponível em: <<http://escolasempartido.org/artigos-top/558-porque-os-pais-devem-dizer-nao-a-ideologia-de-genero>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

SOUZA, Simone Brandão. MIRANDA, Valéria dos Santos Noronha. Homofobia e invisibilidades na educação. In: Givigi, Ana Cristina Nascimento, et al. *O recôncavo baiano sai do armário: universidade, gênero e sexualidade*. Cruz das Almas, EDUFRB, p. 103-128, 2013.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. "Entre a escola pública ea universidade: longa travessia para jovens de origem popular. In: *Observatório da vida estudantil. Primeiros Estudos*. Salvador, EDUFBA, p. 27-51, 2011.

VIANA, Jeferson. O perigo da ideologia de gênero nas escolas. 2015. Disponível em: <<https://www.institutoliberal.org.br/blog/o-perigo-da-ideologia-de-genero-nas-escolas/>>. Acesso em: 18 ago. 2017.

WEEKS, Jeffrey. *The World We Have Won*. London: Routledge, 2007.

10 - ANEXOS

10.1 Questionário de Identificação Social

QUESTIONÁRIO DE IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____

E-mail: _____

Nacionalidade: _____ Naturalidade: _____

Idade _____ Identidade de Gênero: _____

Orientação afetivo-sexual: _____

Raça/Etnia: () Amarelo () Indígena () Branco () Pardo () Negro

PNE? () Sim () Não - Se sim, qual?

Campus: _____

Curso: _____

Ano de ingresso no Curso: _____

Estado Civil: () Casado () Solteiro () União Estável () Divorciado/Separado () outro

Você tem filhos: _____ Quantos? _____

Você estudou o Fundamental e Médio em: Escolas Privadas () Escolas Públicas ()

Em média, qual a renda familiar?

() Até 1 salário mínimo () Entre 1 e 3 sal. mín. () Entre 3 e 5 sal. Mín .

() Entre 5e 7 sal. mín. () Acima de 10 min.

Com quem você reside atualmente?

() Família () Amigos () Sozinho () Outros parentes

Qual principal meio de transporte que utiliza para ir a Universidade?

Você tem alguma ocupação, além da ocupação de estudante? Se sim, qual?

A sua renda financeira atual provém de onde?

Você já teve algum tipo de auxílio da universidade?

- não sim, auxílio regular sim, para participar de eventos sim, para a saúde
 sim, para material acadêmico sim,
 outros Quais: _____

Caso a resposta seja “Sim, auxílio regular”, que tipo de auxílio você recebe?

Você é bolsista de algum projeto?

- Sim Não

Se sim, Qual?: _____

10.2 - Roteiro de Entrevista 1

QUESTIONÁRIO – PERMANÊNCIA

Aplicar com estudantes que ingressarão na UFBA pelo ENEM

Questão disparadora: Você poderia nos contar como tem sido a sua experiência na Universidade Federal da Bahia?

Bloco 1: Vida Universitária

1. Como foi a transição do Ensino Médio para o ensino superior?
2. Seus colegas, professores, servidores, a comunidade universitária sabe que você é Lésbica/Trans/Bissexual/Gay? Você fala sobre isso abertamente?
3. Quando acessou a universidade, você já se reconhecia como Lésbica/Trans/Bissexual/Gay? *(se a resposta for sim, ir para pergunta 5, se não ir para pergunta 4)*
4. Como se deu esse processo de reconhecimento enquanto LGBT na Universidade? Quais fatores você considera que contribuíram para que você se reconhecesse?
5. Como tem sido sua experiência/vivência universitária enquanto Lésbica/Trans/Bi/Gay?
6. A passagem pela universidade provocou alguma mudança na vivência e expressão da sua sexualidade, e na sua vida afetivo-sexual?
7. O fato de você ser Lésbica/Trans/Bissexual/Gay impacta de alguma forma em sua permanência na universidade?
8. Você se sente acolhida pela universidade de modo geral, e pelo seu curso de maneira específica?
9. Quais as principais dificuldades você encontra para permanecer na universidade?

Bloco 2: Violência na Universidade

1. Quando acessou a universidade, você participou dos trotes? Se sim, como foram? (caso a resposta seja sim, ir para pergunta 2 do bloco 2, se não, ir para pergunta 3).
2. Você presenciou alguma situação de violência nos trotes? Se sim, podia relatar?
3. Por que você não participou?
4. Você já sofreu/sofre algum tipo de violência de gênero, lgbtfóbica, racial, entre outras na universidade? *(se sim, ir para pergunta 5, 6... se não ir para pergunta 7)*
5. Você poderia relatar as situações de violência que vivenciou na universidade?

6. Quais os espaços onde essas violências ocorrem? (*tensionar a violência institucional, as violências simbólicas e espetacularizadas*).
7. O que você definiria como violência?
8. Você acredita que a violência contra pessoas LGBT tem crescido? Se sim, quais fatores tem contribuído pra isso?
9. Como você avalia o momento político-social atual com relação as questões LGBT e trans?
10. O momento político atual intensificou as situações de violência na universidade e provocou interferências em sua permanência universitária?
11. Como você percebe a violência contra pessoas LGBT desde as eleições de 2018?
12. Você acessa o grupo do Facebook da UFBA, o que você teria a dizer sobre ele?

Bloco 3: Enfrentamento da Violência (*questões específicas para quem identificar já ter sofrido violência*)

1. Quem foi/foram os autores da/as violência/as?
2. Você fez alguma denúncia? Procurou alguma instância da universidade para fazer denúncia?
3. O que você esperaria que acontecesse com os autores de violência na universidade?
4. Que política de enfrentamento da violência você acha que deveria ser implementada na universidade?

Bloco 4: Políticas Afirmativas – acesso, permanência e combate a violência

1. Você conhece alguma política afirmativa voltada à estudantes LGBT?
2. Você é beneficiária de alguma política afirmativa de permanência universitária? Se sim, qual/quais? Como elas ajudam na sua permanência?
3. Você já necessitou/necessita de acompanhamento psicológico/psicopedagógico? Como foi pra ter acesso ao serviço?
(*específico para pós-graduandas*)
4. Você fez acesso à universidade pela política de cotas?
5. Qual a importância da política de cotas para pessoas trans na pós-graduação?
6. Quais os desafios após acessar a pós-graduação?
(*específica para pessoas trans*)
7. Quais fatores da sua trajetória formativa (escolar/universitária) você considera que foram importantes para seu acesso a pós-graduação?

Bloco 5: Redes de sociabilidade e afetividades

1. Você participa de algum coletivo/movimento estudantil? Isso contribui ou atrapalha sua permanência de alguma forma?
2. Você tem algum relacionamento afetivo sexual? Isso contribui ou atrapalha sua permanência de alguma forma?
3. Você tem amigos em seu curso? Se sim, como é sua relação com eles/elas?
4. Quais os espaços onde você socializa na universidade? Qual a importância desses espaços para sua permanência?

10.3 – Roteiro de Entrevista 2

QUESTIONÁRIO – ACESSO

Aplicar com estudantes que ingressarão pelas cotas para trans na UFBA

Questão disparadora: Você poderia nos contar como tem sido a sua experiência na Universidade Federal da Bahia?

Bloco 1 – Processo de inscrição e realização da prova do ENEM

1. Como você decidiu se inscrever no ENEM?
2. A possibilidade de uso do **Nome Social** teve alguma influência nisso?
3. Você já havia realizado o ENEM antes da aprovação do uso do **Nome Social**?
4. Como foi no dia da prova, você teve alguma dificuldade de acesso a escola/sala de aplicação?

Bloco 2 – A aprovação das Cotas para pessoas Trans na UFBA

5. Como você ficou sabendo da aprovação das cotas para pessoas trans na UFBA?
6. A UNEB já havia feito essa aprovação, você tentou o vestibular da UNEB?
7. Como foi o processo de inscrição? Você realizou sozinha (o)? Teve alguma dificuldade?
8. Quando você se inscreveu, o campo “Nome Social” já estava disponível? Como foi isso?
9. Eu ajudei Paulett Furacão a realizar a inscrição dela, e todas as confirmações de inscrição e e-mails a identificavam com seu nome de registro, isso aconteceu com você? Se sim, como se sentiu?
10. Você buscou algum órgão da UFBA para fazer alguma reclamação?
11. Qual curso você escolheu?
12. Por que você optou por esse curso? Como se deu essa decisão?

Bloco 3 – Matrícula e primeiros dias

13. Como foi no dia da matrícula? Você encontrou alguma dificuldade?
14. Sua identidade de gênero foi respeitada/considerada no processo de matrícula?
15. Como foi a transição do Ensino Médio para o ensino superior?

16. Como tem sido sua experiência/vivência universitária enquanto Lésbica/Trans/Bi/Gay?
17. A passagem pela universidade tem provocado alguma mudança na vivência e expressão da sua sexualidade, e na sua vida afetivo-sexual?
18. O fato de você ser Lésbica/Trans/Bissexual/Gay impacta de alguma forma em sua permanência na universidade?
19. Você se sente acolhida pela universidade de modo geral, e pelo seu curso de maneira específica?
20. Quais as principais dificuldades você encontra para permanecer na universidade?

Bloco 2: Violência na Universidade

21. Quando acessou a universidade, você participou dos trotes? Se sim, como foram? (caso a resposta seja sim, ir para pergunta 2 do bloco 2, se não, ir para pergunta 3).
22. Você presenciou alguma situação de violência nos trotes? Se sim, podia relatar?
23. Por que você não participou?
24. Você já sofreu/sofre algum tipo de violência de gênero, lgbtfóbica, racial, entre outras na universidade? (*se sim, ir para pergunta 5, 6... se não ir para pergunta 7*)
25. Você poderia relatar as situações de violência que vivenciou na universidade?
26. Quais os espaços onde essas violências ocorrem? (*tensionar a violência institucional, as violências simbólicas e espetacularizadas*).
27. O que você definiria como violência?
28. Você acredita que a violência contra pessoas LGBT tem crescido? Se sim, quais fatores tem contribuído pra isso?
29. Como você avalia o momento político-social atual com relação as questões LGBT e trans?
30. O momento político atual intensificou as situações de violência na universidade e provocou interferências em sua permanência universitária?
31. Como você percebe a violência contra pessoas LGBT desde as eleições de 2018?
32. Você acessa o grupo do Facebook da UFBA, o que você teria a dizer sobre ele?

Bloco 3: Enfrentamento da Violência (*questões específicas para quem identificar já ter sofrido violência*)

33. Quem foi/foram os autores da/as violência/as?

34. Você fez alguma denúncia? Procurou alguma instância da universidade para fazer denúncia?
35. O que você esperaria que acontecesse com os autores de violência na universidade?
36. Que política de enfrentamento da violência você acha que deveria ser implementada na universidade?

Bloco 4: Políticas Afirmativas – acesso, permanência e combate a violência

37. Você conhece alguma política afirmativa voltada à estudantes LGBT?
38. Você é beneficiária de alguma política afirmativa de permanência universitária? Se sim, qual/quais? Como elas ajudam na sua permanência?
39. Você já necessitou/necessita de acompanhamento psicológico/psicopedagógico? Como foi pra ter acesso ao serviço?

Bloco 5: Redes de sociabilidade e afetividades

40. Você participa de algum coletivo/movimento estudantil? Isso contribui ou atrapalha sua permanência de alguma forma?
41. Você tem algum relacionamento afetivo sexual? Isso contribui ou atrapalha sua permanência de alguma forma?
42. Você tem amigos em seu curso? Se sim, como é sua relação com eles/elas?
43. Quais os espaços onde você socializa na universidade? Qual a importância desses espaços para sua permanência?

DESABAPHO VIRTUAL

Este conteúdo foi desenvolvido pelos bolsistas do Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação (Gir@) e será utilizado na investigação sobre "as situações de violência contra estudantes LGBTIs da Universidade Federal da Bahia e o impacto que essas têm em sua permanência universitária". Através dessa investigação iremos também analisar e pensar políticas de enfrentamento as violências LGBTIfóbicas e de gênero no ambiente universitário. Essa pesquisa está vinculada a Pró-reitoria de Assistência Estudantil - PROAE, através do Edital 04/2018 – Programa Permanecer, e ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares Sobre Gênero Mulheres e Feminismo - PPGNEIM. Os dados aqui coletados também estarão disponíveis e poderão ser utilizados na pesquisa doutoral do estudante do PPGNEIM e bolsista do Gir@, Elder Luan dos Santos Silva. Quaisquer informações sobre esse estudo, assim como a sinalização de desistência de participação do mesmo, podem ser feitas através do e-mail: elluanss@gmail.com.

1. Qual é o seu nome?
2. Qual sua idade?
3. Você é estudante de:
 Graduação Pós-Graduação
4. Qual o seu curso?
5. Qual o seu campus?
6. Qual o seu ano de ingresso na UFBA?
7. Qual o semestre que está cursando?
8. Qual sua identidade de gênero?
9. Qual sua sexualidade?
10. Qual sua raça/etnia?
11. Você é PCD (Pessoa com Deficiência)?
 Sim, deficiência visual. Sim, deficiência auditiva. Sim, deficiência mental.
 Sim, deficiência física. Não sou pessoa com deficiência.
12. Qual a renda do seu núcleo familiar?
13. Qual o principal meio de transporte que utiliza para ir para suas aulas da UFBA?
14. Você estuda e trabalha?
 Sim, e trabalho com carteira assinada. Sim, e trabalho sem carteira assinada.

- Não, eu apenas estudo.
15. Você recebe algum tipo de bolsa/auxílio estudantil?
16. Você já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação no espaço universitário?
17. Quantas vezes você já sofreu algum tipo de pré-conceito ou discriminação no espaço universitário? *
- 1 vez 2 vezes 3 vezes ou mais
18. Em que lugar ocorreu?
- Sala de aula R.U Portaria Laboratório Banheiro Biblioteca
- BuzUFBA Coordenação/Colegiado Áreas comuns (exemplo: murrinhos)
- Estrutura (exemplo: Falta de elevador para cadeirantes e etc.)
- Outro: _____
19. Qual tipo de violência que você sofreu?
- Racismo Lesbofobia Homofobia Bifobia/Panfobia
- Gordofobia Clacismo Capacitismo Epistemicídio
- Outro: _____
20. Você pode relatar o que aconteceu?
21. Quem foram os envolvidos no ocorrido?
- Aluno Professor Técnico Administrativo Motorista Reitor
- Porteiro/Segurança Limpeza Coordenação Pró-reitor
- Outro: _____
22. Você formalizou a denúncia em algum órgão da universidade? *
- Sim
- Não
23. Onde foi feita a denúncia? Caso não tenha feito a denúncia, nos diga o porquê não fez?

24. Caso tenha feito a denúncia, nos conte se acompanhou o caso e se houve punição dos sujeitos envolvidos?

25. Se houve punição, o quão satisfeito você ficou com a mesma? *

Nada

1

2

3

4

5

Extremamente

26. O que você gostaria que tivesse acontecido com a pessoa que lhe discriminou?

27. Você tem interesse em participar do nosso "Desabapho"?

Esse questionário faz parte da primeira etapa do mapeamento sobre as situações de violência LGBTIfóbica e os locais onde a mesma ocorrem na UFBA. A segunda etapa, será realizada através de entrevistas presenciais, com os/as participantes desse questionário que tiverem interesse em contribuir com suas experiências. Você teria interesse em conversar pessoalmente com a gente?

Sim

Não

Talvez